

Nº 562 • ANO L
MAIO 2021 • MENSAL • € 1,50

Revista da ARMADA

50
ANOS



COMANDO PORTUGUÊS DA OPERAÇÃO ATALANTA

INICIATIVA
MAR ABERTO 21.1

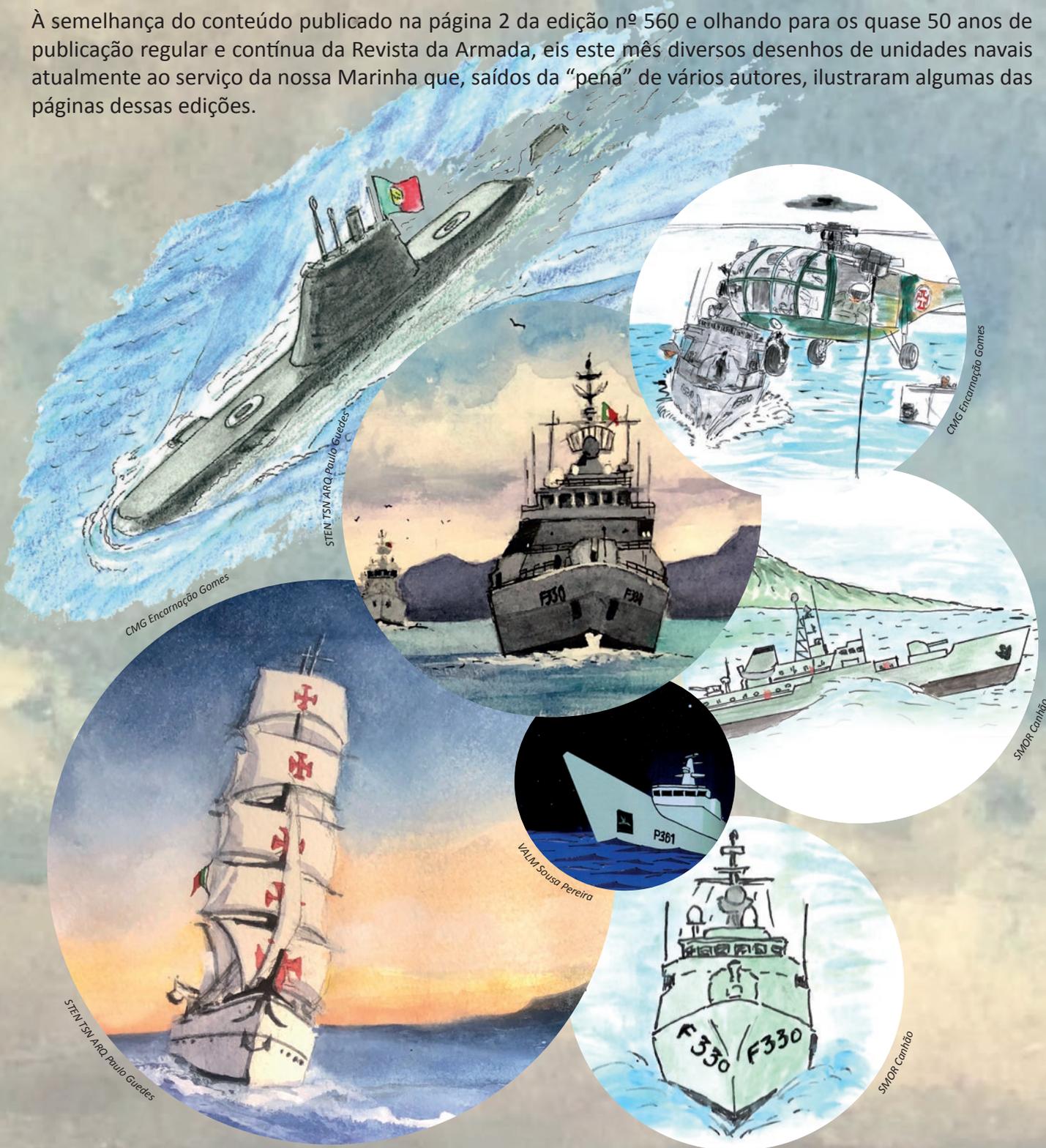
NRP *DOURO*
ZONA MARÍTIMA DA MADEIRA

O ATLAS MILLER

Quarta de Véspera

MEIOS NAVAIS ATUAIS

À semelhança do conteúdo publicado na página 2 da edição nº 560 e olhando para os quase 50 anos de publicação regular e contínua da Revista da Armada, eis este mês diversos desenhos de unidades navais atualmente ao serviço da nossa Marinha que, saídos da “pena” de vários autores, ilustraram algumas das páginas dessas edições.



SUMÁRIO

- 02** Quarto de Vigia

- 04** Strategia (65)

- 06** Operação ATALANTA (EU NAVFOR Somália). Conclusão

- 09** NRP *Mondego*. Operação INDALO 2021

- 14** A Perceção como Ameaça Organizacional

- 16** A Transição formal para o Sistema de Gestão das Pessoas da Marinha

- 21** Guerra no Pacífico. Midway – A Estratégia japonesa

- 22** Entregas de Comando / Tomadas de Posse

- 24** O Rei Afonso e Santa Cruz de Coimbra

- 27** Estações Elevatórias. Base Naval de Lisboa

- 28** Vigia da História (126)

- 30** Saúde Para Todos (86)

- 32** Estórias (69)

- 33** Quarto de Folga

- 34** Notícias Pessoais / Concurso Literário / *Call for Papers*

- 35** II Simpósio de História do Oriente

- 36** Naus de Pedra em Lisboa



Revista da
ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 562 / Ano L
Maio 2021

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

Diretor
CALM Aníbal José Ramos Borges

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SCH C Luís Fernando Pereira de Oliveira

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Edição
Revista da Armada - Edifício das Instalações
Centrais da Marinha - Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa - Portugal
Telef: 21 159 32 54

Estatuto Editorial
[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
What Colour Is This?
wcit.pt
info@wcit.pt
Tl: +351219267950

Tiragem média mensal:
3800 exemplares

NRP *SETÚBAL* 10 INCIATIVA MAR ABERTO 21.1



12 NRP *DOURO* ZONA MARÍTIMA DA MADEIRA



O ATLAS FEITO 17 PARA TENTAR CONTRARIAR A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES – 1ª PARTE



Capa

Comte da EU NAVFOR Somália e os cinco elementos portugueses do seu *staff* internacional.

Foto 1TEN M Pedro Faustino

ERIC GROVE (1948-2021)

IN MEMORIAM

Faleceu, no passado dia 15 de abril, um dos mais conceituados historiadores e estrategistas marítimos da atualidade, o Professor Eric Grove, que por diversas vezes visitou a Marinha Portuguesa e nos brindou com as suas brilhantes palestras, em locais como a Academia de Marinha, a Escola Naval e o Estado-Maior da Armada. Dessa forma, justifica-se, inteiramente, uma singela homenagem, recordando alguns aspetos pontuais do seu pensamento.

Neste contexto, gostaria de começar por referir que a produção literária do Professor Eric Grove incidiu maioritariamente na história marítima e naval. Não obstante, também ofereceu importantes contributos para o campo da estratégia, em diversas obras, de que se salienta uma edição, comentada por si próprio, da obra-prima de Julian Stafford Corbet: *Some Principles of Maritime Strategy*, além do conhecido livro *The Future of Sea Power* (1990). Este livro foi escrito durante a Guerra Fria e tem, portanto, um grande enfoque no enfrentamento (naval) entre os dois grandes blocos da altura, liderados pelos EUA e pela União Soviética. A dissolução da União Soviética e o fim do Pacto de Varsóvia (em 1991) vieram alterar muitas das premissas que serviram de base ao livro, mas isso não lhe retira o enorme interesse e valor, sobretudo nas partes mais conceptuais, nomeadamente as relativas aos fundamentos do poder no mar, às funções das marinhas e à tipologia das marinhas. Esta última temática foi tratada nesta secção da Revista da Armada, em fevereiro deste ano, num artigo intitulado “Hierarquia das Marinhas Mundiais”, pelo que abordarei de seguida as outras duas matérias, recordando o que sobre elas escreveu Eric Grove.

FUNDAMENTOS DO PODER NO MAR

A identificação dos fatores do poder no mar é um aspeto que tem ocupado muitos dos mais prestigiados estrategistas marítimos da história, sobretudo desde que Mahan apresentou o seu postulado de seis elementos que determinam porque é que as nações apostam num forte poder naval e marítimo, designadamente:

- Posição geográfica;
- Configuração física, incluindo, no que com ela se relaciona, a produção natural e o clima;
- Extensão do território;
- Tamanho da população;
- Carácter do povo;
- Carácter do governo, incluindo as instituições nacionais.

Eric Grove começou, precisamente, o seu estudo sobre os fundamentos do poder no mar com uma análise crítica à validade e atualidade do elenco proposto por Mahan. Na sua avaliação, Grove considerou que, no primeiro lugar de qualquer lista de fatores determinantes do poder no mar, deveria vir sempre o *poder económico*, pois é o alicerce que suporta tudo o resto. Países economicamente poderosos podem devotar recursos significativos ao poder



naval, mesmo quando tenham um interesse reduzido na utilização do mar. Por outro lado, o poder económico dos Estados mais pequenos vai condicionar o nível de *sea power* que eles podem edificar.

Em segundo lugar, estaria a *capacidade tecnológica*, pois um país economicamente poderoso poderá não conseguir edificar uma armada tecnologicamente avançada, se não dominar as tecnologias mais inovadoras. Grove ilustrou a importância deste elemento com os exemplos dos EUA e da União Soviética, em que o desenvolvimento tecnológico americano, sendo comparativamente superior ao soviético, influenciava, de forma determinante, a sua maior capacidade naval.

Em terceiro lugar, Grove colocou a *cultura sócio-política*, que incluía: (i) a maior / menor tendência que as sociedades têm para

investir no mar (permitindo tirar partido do *poder económico*); (ii) a capacidade de adaptação às inovações tecnológicas (potenciando a *capacidade tecnológica* do país); e ainda (iii) outras características particularmente necessárias a quem queira utilizar o mar, como a capacidade de iniciativa, a desenvoltura e o engenho.

Estes três primeiros fatores foram considerados como condições de 1.ª ordem. Grove enunciou depois um conjunto de condições de 2.ª ordem – relacionadas com a situação nacional – que considerou também muito relevantes.

1.ª ordem	1. Poder económico
	2. Capacidade tecnológica
	3. Cultura sócio-política
2ª ordem	1. Posição geográfica
	2. Dependência do mar, em termos de:
	(a) Comércio marítimo
	(b) Marinha Mercante
	(c) Construção naval
	(d) Capturas de peixe
	(e) Espaços marítimos
3. Política e percepção governamental	

Condições que determinam o sea power das nações, conforme proposto por Eric Grove

A primeira condição de 2.ª ordem é a *posição geográfica*, pois os países sem ligação ao mar (*land-locked*) tendem a não possuir marinhas significativas ou a não possuir marinha de todo. De qualquer maneira, a *posição geográfica*, *per se*, tem cada vez menos importância relativa, sendo necessário atender a outros fatores geográficos. Com esse propósito, Grove adotou o conceito de *dependência do mar*, proposto pelo almirante Hill no seu livro *Maritime Strategy for Medium Powers*, bem como o conjunto de critérios que lhe dão corpo: *comércio marítimo*, *marinha mercante*, *construção naval*, *capturas de peixe* e *espaços marítimos*. Países com elevados indicadores nestes critérios terão uma grande *dependência do mar* e, conseqüentemente, maiores razões para edificar um robusto poder naval, embora o facto de o fazerem (ou não) dependa das condições de 1.ª ordem. Isso leva ao último fator de 2.ª ordem, que segundo Grove, é a *política e percepção governamental*, em vez do caráter do governo, como proposto por Mahan. Com efeito, o governo de cada país é que vai – em função do alinhamento político de cada momento – priorizar umas políticas públicas em detrimento de outras. A *política e percepção governamental* têm assim um impacto importante no poder naval e marítimo de um país, inter-relacionando-se com os outros fatores.

FUNÇÕES DAS MARINHAS

À semelhança do que fez com os elementos do *sea power* mahanianos, Eric Grove também refletiu sobre as funções das marinhas enunciadas por Ken Booth e que foram abordadas em artigo publicado nestas páginas em fevereiro de 2017, sob o título “Marinhas e Política Externa”. Conforme então descrito, Booth identificou três funções das marinhas (militar, diplomática e policial) e apresentou-as numa estrutura triangular, com o *uso do mar* ao centro. Booth entendia esta conceptualização como uma trindade, *i.e.* três-em-um: três funções que se subsumem no elemento central e agregador que é o *uso do mar*, objetivo implícito em tudo o que as marinhas fazem.

Cerca de 13 anos depois dessa sistematização, o Professor Eric Grove propôs a sua própria conceptualização, tomando por base a trindade do seu predecessor. Grove recordou que Booth distingue a função militar da diplomática pelo facto de a primeira envolver o uso da força (não só a força concreta, mas também a força latente, *i.e.*, a ameaça de utilização da força), enquanto a função diplomática nunca envolverá o uso da força. Mesmo admitindo que o estabelecimento de uma fronteira entre essas funções será sempre difícil e complexo, Grove preferiu a distinção proposta por James Cable, segundo a qual a diplomacia de canhoneira (*i.e.*, a função diplomática) pode envolver o uso ou ameaça de uso de força, desde que seja de forma limitada. Se se passar ao ponto em que a provocação de dano (efetiva ou apenas ameaçada) se torna um fim em si próprio, com o emprego ou a ameaça de emprego de força ilimitada, então Cable considera que se entra no domínio da guerra (*i.e.*, na função militar).

Ou seja, para Eric Grove a separação entre a função militar e a diplomática deverá residir no facto da primeira envolver a força ilimitada e a segunda envolver apenas a força limitada, enquanto Booth entendia que na função diplomática se estaria sempre aquém da utilização da força, entrando-se na função militar quando se empregasse a força (concreta ou latente).

Relativamente aos lados do triângulo, Eric Grove propôs que o *policing role* fosse antes designado como *constabulary role* (ver figura). O termo “*constabulary*” não tem equivalência na língua portuguesa, mas pode ser traduzido por “imposição da lei”, que parece uma designação mais adequada para esta função do que a proposta por Ken Booth, a qual pode levar a alguns mal-entendidos, pois as marinhas executam tarefas com conteúdo policial e não tarefas policiais propriamente ditas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de terminar esta singela homenagem ao Prof. Eric Grove, recordando uma frase sua, do livro *The Future of Sea Power*, que mantém, 30 anos volvidos, toda a sua atualidade: “[No futuro] o *sea power* continuará a ser mais do que um mero slogan. Será um fator vital na ordem política mundial. Os países terão boas razões para se interessarem pelo que se passar no mar e quererão, dentro das suas possibilidades, dispor de formas de nele aplicar algum nível de força. ... Alguns países poderão escolher desmantelar as suas capacidades marítimas, mas outros, em compensação, irão reforçá-las. Tanto o transporte marítimo, como a projeção de poder militar no mar continuarão a ter uma importância crítica. Haverá muito espaço para a ameaça ou o uso da força no e a partir do mar. Em resumo, o *sea power* tem um futuro sólido e seguro”.

COMANDO DA FORÇA NAVAL EUROPEIA OPERAÇÃO ATALANTA (EU NAVFOR SOMÁLIA) CONCLUSÃO



Fotos: ITEN M Pedro Faustino

Portugal, através do COM Diogo Arroteia e do seu estado-maior, que integrava cinco militares da Marinha Portuguesa, comandou a Força Naval Europeia (TF 465¹) – Operação ATALANTA (EU NAVFOR Somália) – desde o dia 2 de dezembro de 2020 até 17 de março de 2021. Foi a quarta vez que Portugal assumiu o comando desta força naval (CTF 465), e a segunda com um estado-maior reduzido a bordo de um navio-almirante da Armada Espanhola.

Este artigo sobre o Comando Português da 36.ª rotação da EU NAVFOR Somália abrange os últimos dois meses e meio de missão, nos quais ocorreu a troca de navio-almirante – o navio de assalto anfíbio ESPS *Castilla* rendeu a fragata ESPS *Reina Sofia* a 15 de fevereiro.

APOIO AO WORLD FOOD PROGRAMME



Durante a primeira semana do ano foi realizada uma das principais tarefas da Operação ATALANTA – a escolta a um navio fretado pelo *World Food Programme* (WFP), o navio mercante *Raeda* – por forma a assegurar a chegada em segurança da ajuda humanitária internacional à

população da Somália.

No final do mês de janeiro, o navio mercante *Spikeeroog*, navio fretado pelo WFP e que tem a bordo um destacamento autónomo de proteção (AVPD²) da TF 465, chegou a Mogadíscio para descarregar cerca de 2,2 toneladas de ajuda humanitária. A TF 465 voltaria a cruzar-se com o *Spikeeroog* a 4 de março, tendo então sido trocadas lembranças protocolares entre o CTF 465 e o comandante do AVPD.

No dia 25 de fevereiro foi realizada a escolta ao navio mercante *Lucky Trader*, fretado pelo WFP, que transportava ajuda humanitária (alimentação e apoio médico) para o povo da Somália.

PRIMEIRA FOCUSED OPERATION

Entre 19 e 21 de janeiro decorreu a primeira *Focused Operation*³ (FOCOPS) do comando português, designada de ALBATROS, que envolveu todos os meios da TF 465. As FOCOPS têm diversos objetivos, entre os quais a partilha de informação com outras entidades a operar na região, sejam internacionais ou locais, por forma a incrementar o conhecimento situacional marítimo e aprofundar possíveis formas de cooperação ao nível local e regional.

O COM Arroteia realizou, por videochamada face às medidas de segurança relativas à COVID-19, um *Key Leader Engagement* (KLE) com o Sr. Lanfranco Amicarelli, Conselheiro da *European Union Ca-*

capacity Building Mission – Somalia (EUCAP-SOM) para a Guarda Costeira, da delegação de Garoowe em Puntland⁴. Este KLE teve como tema a colaboração entre as duas missões da União Europeia que estão a apoiar o incremento da segurança marítima na Somália.

Durante esta operação focada decorreram inúmeras aproximações a várias embarcações de pesca, com questionários realizados a partir das semirrigidas do navio-almirante, uma vez que, devido às restrições de segurança para a COVID-19, não podem ser efetuados a bordo.

Estes questionários servem tanto para verificar se têm existido alterações ao ambiente securitário marítimo, como para detetar situações anómalas aos padrões de comportamento dos navios de pesca.

Foram, ainda, realizados vários voos de vigilância e reconhecimento, tanto com o MPRA *Cisne* como com os meios orgânicos do navio-almirante, helicóptero e *drone*, para compilação de informação e esclarecimento do panorama situacional marítimo da área de operações.



Aproximações às embarcações para os questionários.

OUTRAS OPERAÇÕES

Durante a missão foram ainda executadas o seguinte tipo de operações:

- Várias ações de ISR (*Identification, Surveillance and Reconnaissance*), onde foram empenhados o ESPS *Reina Sofia* e os seus meios orgânicos (helicóptero e *drone*).

- Abordagens a embarcações de pesca, recorrendo às semirrígidas e às duas Lanchas Médias de Desembarque (LCM) embarcadas no ESPS *Castilla*, para elaboração de questionários.

- Demonstração para os auditores da defesa franceses. Em 10 de janeiro, no complexo militar de Arta Beach, Djibouti, e recorrendo a meios da TF 465 e das Forças Francesas sediadas no Djibuti, realizaram-se um ADEX (*Air Defense Exercise*) e um *Cross-Deck Operations* entre um helicóptero francês e o ESPS *Reina Sofia*.

- De reabastecimento (RAS), a 24 de janeiro, a 27 de fevereiro e a 13 de março, com o USNS *Big Horn*, e a 11 de fevereiro com o USNS *Patuxent*; isto permitiu que o navio-almirante continuasse a sua missão sem ter de reabastecer num porto. Os dois reabastecedores pertenciam à *Task Force 53* – TF 53. O RAS de 13 de março foi especial por duas razões – foi o último da 36.ª rotação, e tratou-se duma dupla operação de reabastecimento, *i.e.*, o USNS *Big Horn* reabasteceu, em simultâneo, o ESPS *Castilla* e o FS *Var*

- Exercícios de oportunidade (PASSEX), durante os quais são realizados diversos exercícios de manobras e evoluções, aproximações de reabastecimento, *Cross-Deck Operations* com os helicópteros e PHOTEX. Ocorreram com:

- o FS *Jean Bart* (17 de fevereiro);

- o JS *Ariake* (19 de fevereiro);

- o FS *Guepratte* (24 de fevereiro); no decurso deste PASSEX foi realizado um ADEX com a participação de dois MIRAGE 2000 das Forças Francesas sediadas no Djibuti; e

- o *French Carrier Strike Group GAN21*, que inclui o porta-aviões *Charles de Gaulle* (14 de março); no decurso deste último PASSEX da rotação, foram executadas diversas inserções, por *Fast Rope*, das *Special Operations Forces* (SOF), no convés de voo do ESPS *Castilla*.o recurso ao helicóptero SH-90 embarcado num dos navios da escolta, o FS *Provence*.

SEGUNDA FOCUSED OPERATION

A segunda FOCOPS, a BUZZARD, decorreu entre 5 e 8 de fevereiro. Para cumprir os objetivos superiormente aprovados, o COM Arroteia realizou três KLE:

- Com o Conselheiro da *European Union Capacity Building Mission - Somalia* (EUCAP-SOM) para a Guarda Costeira, da delegação de Hargueisa, em Somaliland⁵, para permitir identificar linhas de ação para potenciar o incremento da segurança marítima pelas autoridades locais.

- Com o Almirante Comandante da Guarda Costeira de Somaliland, de forma a perceber o estado de segurança na região e perceber como a Operação ATALANTA pode apoiar as entidades regionais no domínio da segurança marítima.

- Entre representantes para assuntos de género, do estado-maior português e da Guarda Costeira de Somaliland. É de salientar que este foi o primeiro KLE individual com um interlocutor do género feminino em 12 anos de Operação ATALANTA.

Foram realizadas diversas aproximações e questionários a embarcações de pesca para detetar situações anómalas aos padrões de comportamento dos navios de pesca.

De novo o MPRA *Cisne* e os meios orgânicos do navio-almirante contribuíram para o desenvolvimento de uma melhor compilação de informação e esclarecimento do panorama situacional marítimo da área de operações.

REUNIÕES E VISITAS PROTOCOLARES. MUDANÇA DE NAVIO-ALMIRANTE

Em 16 de janeiro, aquando da mudança de comando do destacamento espanhol do MPRA *Cisne*, o COM Diogo Arroteia, enquanto CTF 465, promoveu uma reunião com o comandante cessante e novo incumbente.

Durante a visita de porto no Djibuti, o Comandante cessante da Operação ATALANTA (OpCdr) e o futuro OpCdr visitaram as unidades da TF 465 e, em 13 de fevereiro, reuniram-se com o CTF 465.

Durante esta visita de porto, em 15 de fevereiro, decorreu a mudança de navio-almirante; o COM Diogo Arroteia e os cinco militares da Marinha Portuguesa que constituíam o seu estado-maior, passaram a desempenhar as suas funções a bordo do ESPS *Castilla*.



Operações de Reabastecimento com o USNS Big Horn.



Reunião com os comandantes do Destacamento Espanhol MPRA – CISNE.

TERCEIRA FOCUSED OPERATION

Entre 7 e 10 de março, a 36.ª rotação executou a sua última FOCOPS – a CORMORAN. Neste período, o COM Arroiteia realizou duas KLE, por videochamada:

- Com o Conselheiro Estratégico da *European Union Capacity Building Mission – Somalia* (EUCAP-SOM), da delegação de *Ga-roowe*, em *Puntland*; e
- Com o Diretor-Geral dos Portos de Pesca, Recursos Marinhos e Segurança Marítima de Galmudug⁶, de forma a incrementar os níveis de conhecimento, na Operação ATALANTA, sobre as atividades de pesca, de segurança marítima e de desenvolvimento e investimento na região.

Ocorreu ainda uma terceira videochamada, entre a nossa *Gender Focal Point* e uma representante da *Galmudug Maritime Police Unit*, com o objetivo de identificar formas de cooperação futura no âmbito da igualdade de género.

Como nas outras FOCOPS, para obtenção da informação necessária e conhecer melhor os padrões de comportamento dos na-

vios e embarcações de pesca, assim como esclarecer o panorama situacional marítimo da área de operações, foram realizadas verificações às embarcações de pesca e realizados vários voos com o helicóptero e *drone* do *ESPS Castilla* e com o *MPRA Cisne*.

ENTREGA DO COMANDO

Durante a última semana decorreu a transferência de comando entre as 36.ª e 37.ª rotações, através de videoconferência. Por motivos relacionados com a pandemia COVID-19, não foi realizada uma cerimónia de passagem de comando entre os dois *Force Commanders*.

A 36.ª rotação, comandada pelo COM Diogo Arroiteia e com o apoio do seu estado-maior de 5 militares da Marinha Portuguesa, teve a duração de 121 dias, onde foram cumpridas 2180 horas de navegação – uma taxa de navegação assinalável de 75%. A missão – o comando da Força Naval Europeia – Operação ATALANTA (EU NAVFOR Somália) – foi cumprida com orgulho, sucesso e brio, mantendo e dignificando o legado dos anteriores três comandos nacionais.



Com o apoio do Comando da 36.ª rotação da Força Naval EU NAVFOR Somália – Operação ATALANTA

Notas

¹ A TF 465 engloba geralmente uma aeronave de ISR / patrulha marítima (MPRA) - neste caso um P3-ORION - e o respetivo destacamento aéreo.

² AVPD de Montenegro.

³ Este tipo de operação representa a concentração, num determinado período de tempo numa determinada área geográfica, de todas as capacidades da força naval com o objetivo de satisfazer um determinado conjunto de requisitos de informação, superiormente estabelecidos.

⁴ Estado Federado da Somália.

⁵ Estado Federado da Somália.

⁶ Estado Federado da Somália.



Tarefas realizadas na FOCOPS BUZZARD com os meios orgânicos do *ESPS Reina Sofia*.

NRP *MONDEGO*

OPERAÇÃO INDALO 2021



Deteção, sob nevoeiro, de uma embarcação de migrantes



Em patrulha de área



Embarcação com 19 migrantes irregulares

O NRP *Mondego*, o mais recente navio da Classe Tejo, largou da Base Naval de Lisboa (BNL), em 24 de janeiro, com destino ao porto espanhol de Almeria a fim de participar na operação INDALO 2021.

FRONTEX



A Agência da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX) foi criada em 2004 com o propósito de apoiar os Estados-Membros (EM) da União Europeia (UE) e os países associados do espaço Schengen a protegerem as fronteiras externas da União. A partir duma identificação constante das zonas onde os fluxos migratórios, pela sua natureza e recorrência, são irregulares e requerem uma ação diferenciada, foram criadas áreas onde se desenvolvem operações conjuntas. Os EM são convidados a participar nessas áreas de operação, cooperando entre si sob coordenação do país que nelas exerce jurisdição. Neste âmbito, a Marinha Portuguesa empenhou o NRP *Mondego* na operação INDALO 2021 no período de 24 de janeiro a 2 de março de 2021.

Todas as operações marítimas da Agência FRONTEX visam, em primeiro lugar, efetuar a vigilância das fronteiras externas marítimas da UE e prevenir e detetar crimes transfronteiriços, tais como os tráficos de seres humanos, de estupefacientes e de armas, assim como a poluição ambiental e outros crimes. Secundariamente é prestado apoio às ações de *Search and Rescue* (SAR), às autoridades nacionais e a outras agências¹ da UE.

Por forma a atingir os objetivos estabelecidos, o NRP *Mondego* esteve empenhado durante 38 dias no Mediterrâneo ocidental, com maior incidência na zona a leste de Almeria e do Cabo de Gata. À guarnição (27 elementos) juntou-se, à largada da BNL, uma equipa de dois mergulhadores do Destacamento de Mergulhadores Sapadores N.º 2. Aquando da escala no porto de Almeria juntou-se-lhes um oficial de ligação da *Guardia Civil* espanhola. Decorrente das medidas de mitigação no âmbito da COVID-19, a guarnição manteve-se sempre a bordo durante as escalas.

EXECUÇÃO DA MISSÃO

No decurso das 268 horas de patrulha e vigilância na área de operações atribuída, foram detetadas diversas embarcações rápidas suspeitas de estarem a executar atividades ilícitas e embarcações de pesca local. Socorrendo-se do Oficial de Ligação Nacional (OLN), que desempenhou um papel fundamental no estreitar das relações de cooperação, foram submetidos ao *International Coordination Centre* (ICC) em Madrid, registos fotográficos das referidas embarcações, para eventual acionamento dos meios adequados à situação operacional.

O navio e a sua guarnição constituíram-se adicionalmente, em cooperação com os meios do Serviço de Salvamento Marítimo Espanhol (SASEMAR) e com o apoio do oficial de ligação da *Guardia Civil* espanhola, como elementos fundamentais na deteção, interceção e recolha de duas embarcações relacionadas com a migração irregular, evitando assim que um total de 32 migrantes atingissem a costa espanhola.

Ao longo da missão realizaram-se diversas ações de treino próprio, por forma a manter os padrões de prontidão naval e garantir em todas as situações uma resposta pronta e adequada da guarnição.

O NRP *Mondego* contribuiu assim, duramente o seu empenhamento, para o cumprimento com sucesso dos objetivos principais da operação INDALO.



Colaboração do **COMANDO DO NRP MONDEGO**

Notas

¹ Europol, Agência Europeia da Segurança Marítima (AESM) e Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECF).



NRP SETÚBAL

INICIATIVA MAR ABERTO 21.1

PARTE I

Esta missão insere-se na Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com outros países amigos e com interesses comuns na região, materializando parte dos acordos de cooperação de defesa e fiscalização, de vigilância conjunta, de segurança marítima e de atividades científicas.

Compreende também a participação no exercício multinacional OBANGAME EXPRESS 21 e no projeto-piloto da União Europeia para o Golfo da Guiné (GoG), as Presenças Marítimas Coordenadas (PMC).

PREPARATIVOS E LARGADA DA BASE NAVAL DE LISBOA



Após quarenta dias de aprontamento da plataforma e da guarnição, incluindo quarentena e inoculação da primeira dose da vacina contra a COVID-19, o NRP *Setúbal* largou da Base Naval de Lisboa (BNL) para realizar a sua primeira missão fora de área, a Iniciativa Mar Aberto (IMA) 21.1.

No dia de largar cabos e rumar para uma missão de três meses, decorreu na BNL uma cerimónia de despedida presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor João Gomes Cravinho e que contou igualmente com a presença do CEMA, ALM Mendes Calado, do Comandante Naval, VALM Silvestre Correia, do Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares, TGEN Paulino Serronha e do Comandante da Esquadilha de Navios de Superfície, CMG Gamurça Serrano.

Na ocasião, o MDN frisou a importância da presença naval portuguesa na região do GoG, reduzindo a distância entre Portugal e os países com os quais há muito cooperamos.

Sob o comando do CFR Dias Marques, o navio largou com uma guarnição de 58 militares que incluem uma equipa do Pelotão de Abordagem, uma equipa de mergulhadores, um oficial médico naval (MN) e ainda um aspirante a oficial da Escola Naval, em estágio.

GUINÉ-BISSAU

Após demandar o rio Geba durante 8 horas, o navio atracou no seu primeiro porto estrangeiro, Bissau, onde desenvolveu atividades de cariz social (entrega de roupa, material escolar e brinquedos a instituições locais) e no âmbito da colaboração bilateral entre Portugal e a Guiné-Bissau.

O comandante do navio participou na Conferência/Debate alusiva à segurança marítima no GoG, no decurso da qual foram feitas

PORTOS	LISBOA BNL	BISSAU GUINÉ	PRAIA CABO VERDE	ABIDJAN COSTA DO MARFIM
CHEGADA	-	08 MAR	14 MAR	26 MAR
LARGADA	01 MAR	12 MAR	20 MAR	30 MAR

diversas apresentações, nomeadamente sobre: as características da plataforma dos navios da classe *Viana do Castelo*; os objetivos da IMA, a segurança marítima no GoG; e o projeto *Atlantic Centre*.

Durante a estadia neste porto, visitaram o navio o Ministro da Defesa, Dr. Sandji Fati, e o Embaixador de Portugal, Professor Doutor José Rui Velez Carço, entre outras entidades, tendo assim sido possível dar a conhecer a indústria naval portuguesa, bem como as capacidades operacionais e logísticas inerentes ao navio e à missão.



Conferência/Debate alusivo à segurança marítima no Golfo da Guiné

CABO VERDE

No trânsito entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde foram desenvolvidas diversas atividades e exercícios internos no âmbito da segurança marítima e proteção do navio, nomeadamente exercícios de estabelecimento de estados de alerta e de tiro, por forma a manter o adiestramento da guarnição contra as possíveis ameaças existentes nesta região do globo.

Após a atracação na Cidade da Praia, seguiram-se seis dias de intensa atividade de cooperação com as Forças Armadas, com a Guarda Nacional e com a Guarda Costeira (GC) de Cabo Verde.

Da panóplia de ações desenvolvidas relevam-se: a formação na área de saúde e procedimentos de emergência médica; o treino de manobra e condução de embarcações miúdas; o treino de abordagem das forças anfíbias (com formação teórica e prática em exercícios diversos); a formação e partilha de experiências na área de limitação de avarias; a demonstração (a bordo) de ações de manutenção de 1.º escalão de botes e de motores fora de borda; e a formação e partilha de experiências na área de manutenção e operação de equipamentos de comunicações.

No âmbito do exercício internacional OBANGAME EXPRESS, promovido pelo *United States Naval Forces Europe-Africa/United States 6th Fleet*, realizaram-se diversas conferências no Centro de Operações e Segurança Marítima (COSMAR), de forma a estimular e garantir a cooperação regional e partilha de informação entre os diversos centros de comando e controlo de operações marítimas no GoG. Nelas foram debatidos os diferentes modos de atuação em áreas como a pesca ilegal, o contraterrorismo, a poluição marítima, o narcotráfico, a migração irregular e o tráfico humano. Procurou-se ainda promover o intercâmbio de conhecimento na área do domínio marítimo, assim como a interoperabilidade entre os participantes das diversas forças e unidades navais.

COSTA DO MARFIM

No âmbito da colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto surto no porto de Abidjan, foi realizado a bordo apoio consular aos portugueses residentes na Costa do Marfim por via de pessoal do consulado português no Senegal.

Tal como referido na RA nº 561¹, embarcou neste porto um oficial da *US Coast Guard*, o qual acompanhará as rotinas de bordo até ao final da missão. Deste modo fomenta-se a cooperação e a partilha de conhecimentos, no âmbito da busca e salvamento marítimo, entre Portugal e os Estados Unidos da América.

No âmbito do projeto-piloto das PMC, o NRP *Setúbal* colaborou com navios das marinhas espanhola (ESPS *Furor*), francesa (FS *Dixmude*) e italiana (ITS *Rizzo*), presentes na mesma área. A interação dos quatro navios tornou possível o treino em: deteção e partilha do panorama situacional marítimo através de comunicações táticas; dissuasão de ameaças de superfície; patrulhas ao longo da área norte do GoG; tiro contra ameaças hostis; e aproximações para reabastecimento no mar.



Apoio Consular Português

CONTINUAÇÃO DA MISSÃO

Nas próximas edições da RA dar-se-á conta das atividades desenvolvidas quer nos trânsitos quer nas novas paragens da Iniciativa Mar Aberto 21.1, nomeadamente em S. Tomé e Príncipe (STP) e em Angola, onde o navio de patrulha oceânico NRP *Setúbal* irá praticar os portos de Luanda e do Lobito e realizar, no âmbito da CDD, atividades com os cadetes da Marinha de Guerra de Angola, treino com o Grupo Especial de Fuzileiros e exercícios na área de limitação de avarias.

Seguir-se-á de novo STP e a Nigéria e o Gana, por forma a consolidarem-se os laços existentes através dos acordos bilaterais. O final da missão, com o regresso do navio à BNL, está previsto para 30 de maio.



Colaboração do **COMANDO DO NRP SETÚBAL**

Notas

¹ Ver Nota 1 do artigo "Embarque Pioneiro no USCG Cutter Stone – Parte II".

NRP *DOURO* ZONA MARÍTIMA DA MADEIRA

Rumo às ilhas Selvagens, com as luzes do Funchal pela popa

O navio de patrulha costeiro *Douro* terminou uma comissão de três meses na Zona Marítima da Madeira (ZMM), iniciada aquando da largada da Base Naval de Lisboa (BNL) a 21 de dezembro de 2020, de forma a render o NRP *Figueira da Foz*.

MISSÃO / EMPENHAMENTOS



O principal objetivo desta missão era guarnecer o dispositivo naval padrão da Marinha Portuguesa na região, assegurando dessa forma a autoridade do Estado no mar.

O navio teve a oportunidade de praticar as diversas ilhas do arquipélago, mantendo uma constante e ativa presença junto da comunidade marítima, reforçando a capacidade de resposta em situações de busca e salvamento marítimo ou de catástrofes naturais e garantindo a cooperação na patrulha e fiscalização marítima com outros departamentos com competências no mar.

A nível militar, de salientar a cooperação a Força Aérea Portuguesa (FAP) na realização de ações conjuntas, nomeadamente exercícios de operações de voo noturno e diurno com um helicóptero EH-101 Merlin. Estas ações têm um duplo interesse/mais valia; por um lado, são essenciais para a qualificação (ou manutenção dessa qualificação) dos pilotos da FAP; por outro lado, permitem o treino/coordenação entre o helicóptero e o navio, tendo em vista futuras situações reais de busca e salvamento marítimo.



Amarrado à boia na Ilha Selvagem Grande

PORTOS	LISBOA BNL	FUNCHAL	ILHAS DESERTAS ¹	ILHAS SELVAGENS ²	FUNCHAL	LISBOA BNL
CHEGADA	-	23 DEZ	27 DEZ 12 JAN 22 JAN	04 JAN 15 JAN 31 JAN	VÁRIAS	24 MAR
LARGADA	21 DEZ	VÁRIAS	08 FEV 04 MAR 17 MAR	18 FEV 02 MAR 16 MAR	22 MAR	-

¹ Fundeado

² Amarrado à bóia

O apoio aos órgãos locais e regionais materializou-se não só nas rendições dos vigilantes do Instituto de Florestas e Conservação da Natureza (IFCN) e dos agentes da Polícia Marítima nas ilhas Selvagens e Desertas, mas também relativamente ao farol do Ilhéu Chão.

REPARAÇÃO DE FAROL NAS ILHAS DESERTAS

O Ilhéu Chão, localizado a norte da Deserta Grande, dispõe de um farol, o qual sofreu graves avarias provocadas pela depressão *Elsa*, que assolou o arquipélago da Madeira no final de dezembro. Entre outras coisas, os painéis solares e as baterias que alimentam o farol foram seriamente danificados.

O NRP *Douro* foi envolvido no apoio logístico à necessária reparação. Esse apoio teve três fases. Na primeira, o navio transportou os faroleiros até ao ilhéu para uma avaliação dos danos e identificação do material necessário à reparação. Na fase seguinte o apoio consistiu na recolha do material danificado; vários elementos da guarnição participaram no transporte, encosta esculpada abaixo, desse material desde o farol até ao navio.

Na fase final, e depois de o material ter sido reparado no Funchal, o navio voltou a auxiliar os faroleiros no transporte do material (baterias e painéis solares) de volta ao farol, por forma a proceder à montagem e reparação; os testes então realizados no local, comprovaram que o farol do ilhéu Chão voltará a funcionar corretamente.

CONCLUSÃO

No decurso da missão, a vacinação contra a COVID-19 de todos os militares de bordo foi uma prioridade; a inoculação da primeira dose da vacina veio a ocorrer no mês de março, no Regimento de Guarnição N.º 3 do Exército.

Modelo STANFLEX 300, o NRP *Douro*, pertencente à classe Tejo; comandado pelo CTEN Buinho Menúrias, conta com uma guarnição de 27 militares.

Após cumprir 94 dias de missão, durante os quais navegou 411 horas e percorreu 3134 milhas náuticas, foi dada por terminada a missão do NRP *Douro* na ZMM, tendo regressado à BNL a 24 de março.



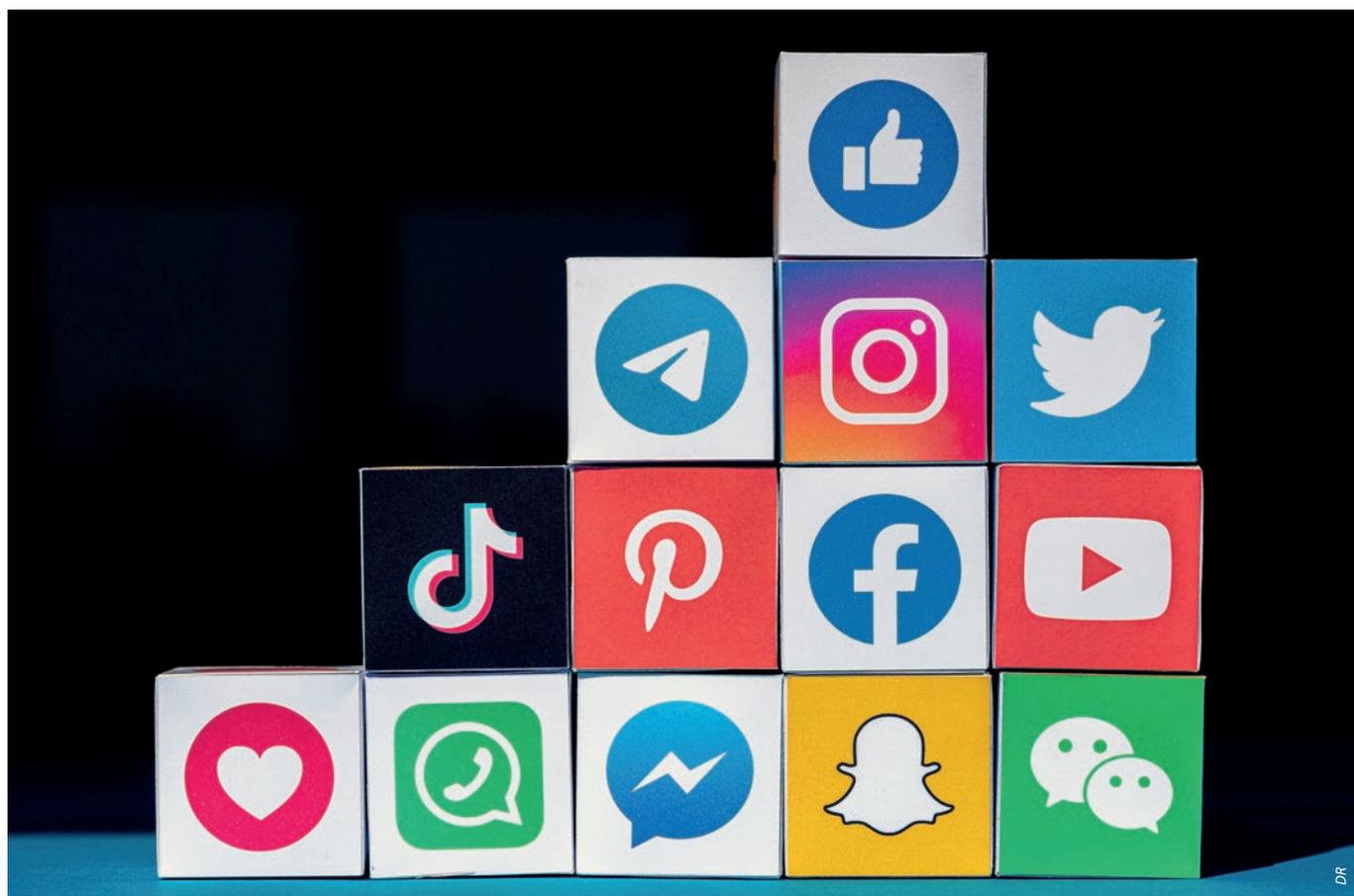
Colaboração do **COMANDO DO NRP DOURO**



Treino diurno com EH-101 Merlin



Fundeado nas ilhas Desertas para rendição dos vigilantes do IFCN



A PERCEÇÃO COMO AMEAÇA ORGANIZACIONAL

A comunicação oral entre os seres racionais foi revolucionada há mais de 500 mil anos, tendo os símbolos escritos surgido uns 30 mil anos atrás, reforçando e enriquecendo essa experiência das relações entre os seres humanos. Este tipo de comunicação, de forma mais ou menos elaborada ou sofisticada, não é, por isso, algo de novo.

A DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO

A atual miríade de tecnologias, sistemas de informação e de comunicação, bem como os diversos aplicativos disponíveis nos dispositivos de comunicação móvel para, instantaneamente, comunicar pensamentos, transmitir ideias, difundir conceitos ou moldar opiniões, têm vindo a modificar e acelerar as dinâmicas sociais, profissionais e organizacionais, ampliando, de forma sem precedentes, a difusão da informação e do conhecimento.

A utilização desta capacidade tem vindo a ter uma evolução espantosa, dificultando mesmo a capacidade humana para acompanhar, processar e gerir a catadupa de informação que circula entre todos nós. Na maior parte das ocasiões, a transmissão dessa informação é útil, relevante e benéfica para manter os públicos-alvo devidamente informados, permitir um uso benigno dessa transferência informacional, enriquecer os saberes, fazer melhores juízos apreciativos e, se a situação assim o exigir, decidir com mais equilíbrio, equidade, coerência e, mais importante, com justiça.

A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Esse poder comunicacional também permite gerar e criar percepções¹, podendo, com igual propriedade, distorcer as realidades² em presença. Os *opinion makers*, quer os oficiais de carácter público, quer os privados, coletivos ou individuais, têm, pois, a capacidade para, de um modo mais explícito ou encoberto, manipular a opinião dos públicos-alvo a favor das suas próprias agendas.

A expressão *fake news* já é um ditado popular, sendo o seu perigo uma evidência para qualquer pessoa. Igualmente notório é assistir-se, cada vez mais, à facilidade com que determinados candidatos a cargos de elevada responsabilidade e de poder, apesar de talvez serem os mais improváveis, acabam por ser eleitos. Isto é resultado da opinião pública ser a manifesta expressão de uma vontade coletiva que será sempre instrumental para o exercício do poder que se pretende estabelecer no seio de um determinado universo, encontrando-se claramente num lugar cimeiro das preocupações de quem tem a responsabilidade de liderar ou de chefiar.

COMBATE À “DESINFORMAÇÃO”

Esta breve reflexão procura observar o fenómeno idêntico que ocorre no seio das empresas ou das instituições que contam com uma grande pegada humana nas suas estruturas orgânicas. Assim, distanciando-nos um pouco da comunicação mais ou menos explícita, com recurso aos métodos e sistemas mencionados, não é de somenos importância observar que determinadas ações ou comportamentos, menos explícitos ou mais discretos, procuram ter como resultado final a mesma criação de percepções que potencialmente podem deturpar as realidades. As organizações e os responsáveis que nelas operam não devem, pois, ignorar a sua existência; devem, sim, reconhecer que essas distorções não são convenientes e, em última análise, constituem uma indesejável perturbação ao desempenho global da estrutura, constituindo, assim, uma ameaça organizacional que importa não só não ignorar, como também, estando presente, procurar eliminar ou, pelo menos, mitigar.

É por certo uma verdade universal que uns veem os outros, através da sua própria lente, necessariamente condicionada, para não dizer desgraduada, e como resultado dos seus próprios desejos, vontades e prioridades. A percepção é, em grande medida, como uma primeira impressão, frequentemente identificada como sendo a mais importante; e é igualmente comum dizer-se que não há nunca uma segunda oportunidade para causar uma boa primeira impressão. Contudo, não havendo alguma cautela, esta primeira impressão acaba por convidar ao erro, em regra por força da celeridade com que habitualmente é estabelecida. Tal percepção, por vezes desfasada da realidade, quase sempre constitui a base para o conflito de interesses ou de desencontros pessoais, porquanto as atitudes e os comportamentos que se



desenvolve, habitualmente, seguem na esteira dessa percepção, produzindo ações e reações com igual e, tendencialmente, crescente proporcionalidade. Consequentemente, não é incomum ver surgir antagonismos assentes em juízos construídos em percepções ou entendimentos, que podem ser considerados menos precisos ou desajustados pelo percecionado.

A PROJEÇÃO PSICOLÓGICA

Neste âmbito específico e de forma telegráfica, aflora-se o que é conhecido como sendo a projeção psicológica. Na consciência humana podem existir pensamentos e sentimentos que se preferia negar, sequer, existirem. Esses desejos e impulsos são conscientemente agressivos, gerando-se mecanismos psicológicos de defesa para os eliminar. A forma humana mais natural de o alcançar é projetar esses sentimentos nos outros, em eventos ou objetos, tentando externalizar o problema e transferindo a propriedade dessas sensações para um qualquer agente externo. Não é, pois, incomum projetar nos outros o que, na verdade, se é, de bom e de mau.

É precisamente nesta resolução do conflito interior que a geração da percepção, distinta da realidade em presença, assume maior relevância.

Em tom conclusivo, poder-se-á dizer que quem perceciona entende estar a agir corretamente e quem é percecionado pode ter que enfrentar um juízo apreciativo menos justo ou correto. Corrigir as percepções e alinhá-las com a realidade conduz ao bem-estar, à justiça e à harmonia, elementos essenciais para a eficiência e o equilíbrio dos sistemas organizacionais, constituídos predominantemente por seres racionais iminentemente emocionais e que, em grande medida, constroem as organizações de sucesso que as respetivas lideranças sempre desejam.

Assim, a manutenção das percepções condizentes com as realidades em presença conduz à eficiência e eficácia no trabalho, de que todas as partes envolvidas beneficiam e permite obter os desejados dividendos organizacionais.


Amaral Mota
CMG

Notas

¹ A noção que deriva de um processo sensorial na presença de um estímulo ou a função cerebral que atribui significado a estímulos sensoriais, a partir do histórico de vivências passadas. Fonte aberta.

² O estado que algo apresenta ser ou aparenta ser, em vez daquilo que a pessoa desejaria que fosse. Fonte aberta.

A TRANSIÇÃO FORMAL PARA O SISTEMA DE GESTÃO DAS PESSOAS DA MARINHA

20 DE MAIO DE 2021

No dia 20 de maio de 1498, Vasco da Gama chega a Calecute. A chegada à Índia assinala o concretizar de um longo e ambicioso projeto da Coroa Portuguesa, com D. Manuel I como timoneiro dos destinos do País. A descoberta do Caminho Marítimo para a Índia impôs uma clara mudança nos paradigmas económico, militar e político, apenas possível através de um espírito de adaptação e de inovação. O dia 20 de maio é o Dia da Marinha e homenageia o feito de Vasco da Gama. É também uma homenagem a todos os portugueses que se envolveram na necessária viagem para passar “além da Taprobana”, “por mares nunca antes navegados” dando “novos mundos ao mundo”, conforme escreveu Luís de Camões. Assim, poder-se-á afirmar que o dia 20 de maio se assume como a homenagem maior a todas as pessoas que materializaram as Descobertas.

As pessoas constituem-se como o maior valor de uma organização, sendo impossível a sua existência sem elas. As organizações devem, cada vez mais, deixar de associar as pessoas a meros recursos, porque as pessoas não são recursos, são pessoas! Ou seja, todas as práticas de gestão relacionadas com o capital humano da organização devem olhar-se sob um novo prisma. É, pois, necessário fazer a mudança para um novo paradigma: passar de “gestão de recursos humanos” para “gestão das pessoas”, com uma abordagem que tende a personalizar e a visualizar as pessoas como seres humanos dotados de habilidades, capacidades intelectuais e sensibilidades distintas.

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos da Marinha (SGRHM) encontra-se em atualização desde outubro de 2020, decorrente da homologação da Norma Portuguesa (NP) 4427:2018 – Sistemas de gestão das pessoas. O envolvimento de todos os setores da Marinha tem sido crucial para esta transição, que entra agora numa nova fase. **O significado tão relevante, para a Marinha, do dia 20 de maio, justifica que esse dia tenha sido escolhido para marcar a transição formal para o Sistema de Gestão das Pessoas da Marinha (SGPM).** Esta é a forma de materializar a relevância que o SGPM possui para a Marinha e para todos os que nela prestam serviço.

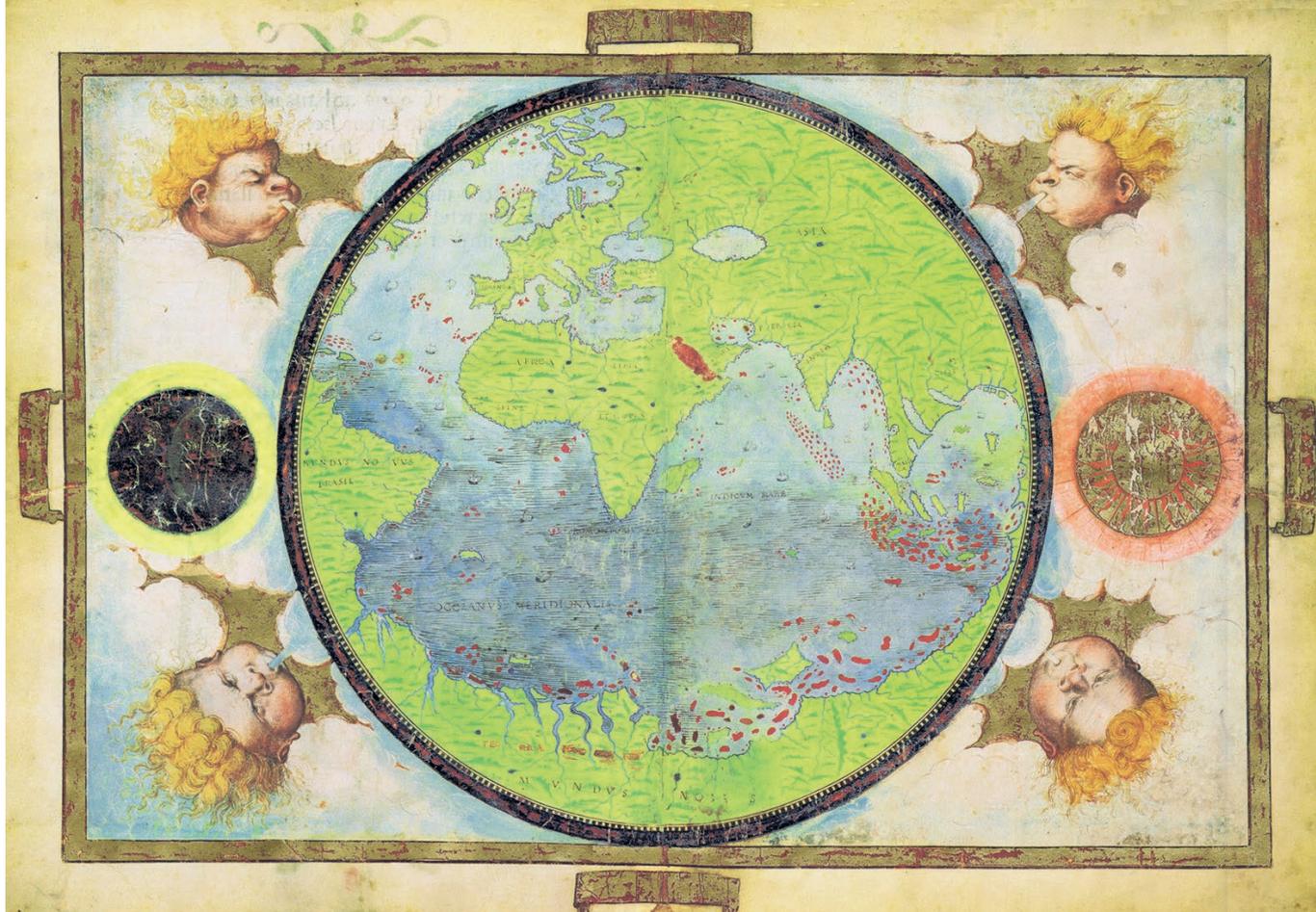
O SGPM constituir-se-á como o meio essencial para “**ATRair AS PESSOAS, VALORizar AS CARREIRAS E CAPACITAR A INOVAÇÃO E A MUDANÇA NA MARINHA.**”

Apenas apostando no desenvolvimento individual e personalizado de cada um dos militares, militarizados e civis que prestam serviço na Marinha é possível ter “*peças aptas para contribuir para a mudança, em climas organizacionais criativos e geradores de inovação*”, objetivo final da Política de Gestão das Pessoas da Marinha. O novo SGPM é de todas as pessoas que, servindo o país na Marinha e na Autoridade Marítima, se constituem como o elemento essencial para que Portugal se cumpra no mar.

20 de maio de 2021 será o primeiro dia de um novo sistema focado nas pessoas, que visará a potenciação da atratividade e a valorização das carreiras, bem como a promoção das condições essenciais à retenção do capital humano. “*Semper adest*”.



Objetivo do Sistema de Gestão das Pessoas da Marinha:
Atrair, desenvolver, manter



O artisticamente decorativo (mas geograficamente grosseiro) mapa-mundo “neo-ptolomaico” do “Atlas Miller”, pintado por António de Holanda, tentando mostrar a impossibilidade da passagem para o Oriente através do Ocidente (BnF, Paris)

O ATLAS FEITO PARA TENTAR CONTRARIAR A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES

1ª PARTE ¹

“OS QUARENTA ANOS QUE MUDARAM O MUNDO”

Nas quatro décadas que o autor destas linhas chamou “os quarenta anos que mudaram o mundo”, desde c.1480 até 1522, deu-se a maior revolução geográfica da História da Humanidade. Foram o tempo do Rei D. João II (o “Príncipe Perfeito” de Portugal) e o seu “Venturoso” sucessor D. Manuel I, e foram o tempo dos Reis D. Fernando e D. Isabel (os “Reis Católicos” de Aragão e Castela) depois continuados pelo Imperador D. Carlos V, seu herdeiro.

Nessa época, durante os quarenta anos que mediaram entre as viagens portuguesas de 1480-1485 do luso-galego Diogo Cão (a África, até Angola, a partir da base intermédia do castelo português da Mina construído por Diogo de Azambuja em 1481-1482) e a viagem castelhana de 1519-1522 do português Fernão de Magalhães completada pelo basco Juan Sebastián Elcano (Pacífico e circum-navegação da Terra), realizaram-se as mais importantes expedições: do português Bartolomeu Dias, etc., em 1487-1488 (cabo que então chamou da Boa Esperança); do genovês saído de Portugal para Castela, Cristóvão Colombo, em 1492-1493 (terras desconhecidas a Ocidente que então erroneamente identificou com as Índias, e depois viriam a ser chamadas América); dos portugueses

Paulo e Vasco da Gama em 1497-1499 (Oceano Índico e verdadeira Índia, triunfando da corrida que então estava em curso, e que os Portugueses ganharam); do florentino Américo Vespúcio em 1499-1501 (terras do Novo Mundo que esse mercador reconheceu na companhia de Portugueses e Castelhanos, e por isso vieram a ser baptizadas por Martin Waldsemüller em 1507 com o seu nome); e, depois disso, nas primeiras duas décadas quinhentistas, Portugueses no Oriente, e Castelhanos no Ocidente.

Assim ficou feito — no tempo de uma só geração...! — o essencial dos grandes descobrimentos geográficos mútuos, e dos grandes encontros intercontinentais de civilizações.

CARTOGRAFIA

A Cartografia — a “Ciência dos Príncipes” — veio a reflectir essa extraordinária explosão dos conhecimentos geográficos e antropológicos, às vezes exoticamente ilustrada com luxuosas e exuberantes iluminuras artísticas. E o mais brilhante resultado dessa renovação da “Ymago Mundi”, em que se deram as mãos a Ciência e a Arte, ficou patente no atlas português que hoje se conserva na Bibliothèque nationale de France, em Paris, e que é conhecido

como “Atlas Miller” (1519-1522), produzido geograficamente pelos cartógrafos Lopo Homem, Pedro Reinel e Jorge Reinel, e decorado artisticamente pelo pintor miniaturista António de Holanda.

Essa autêntica obra-prima — geograficamente inovadora, e artisticamente sumptuosa (mas, até 2005-2006, considerada estranha e inexplicada, ou mesmo inexplicável, e objecto de enormes controvérsias) — é a ilustração desses “quarenta anos que mudaram o mundo”, nas vésperas da maior e mais difícil de todas as viagens, a de circum-navegação de Fernão de Magalhães.

Foram sempre inúmeras as dúvidas e debates — e até as polémicas (às vezes, aguerridas e violentas) — acerca desse mais célebre dos atlas geográficos do Renascimento. Não havia acerca dele (da sua autoria, do seu estranho conteúdo, do seu desconhecido destinatário, da sua exacta datação, e até mesmo da sua contestada autenticidade!) concordância entre os especialistas da História da Cartografia. Apesar da sua celebridade, era um dos mais intrigantes e enigmáticos de todos os espécimes cartográficos mundiais.



Pormenor do Brasil no célebre “Atlas Miller”, com os indígenas recolhendo o pau-brasil, em iluminuras de António de Holanda (BnF, Paris)

Até que em 2006 esse célebre “Atlas Miller” de 1519-1522, jóia maior do Département des Cartes et Plans da Bibliothèque nationale de France, teve em Barcelona a sua belíssima edição publicada pela casa editorial Manuel Moleiro Editor, líder mundial da edição de códices medievais, livros de horas e atlas geográficos: uma réplica acompanhada pelo respectivo “companion volume”, com quatro estudos² da autoria do signatário, respectivamente:

1.º- uma síntese (geral, mas actualizada) sobre a origem e a cronologia dos Descobrimientos Portugueses dos séculos XV-XVI;

2.º- uma nova síntese (trazendo grandes novidades, radicalmente surpreendentes) acerca das origens e da evolução da cartografia desses Descobrimientos (acerca da sua primeira “escola” familiar conhecida, a dos Reinéis, etc.);

3.º- um estudo monográfico (interpretativo, e aprofundado) sobre o conteúdo geográfico e geopolítico, revelando a verdadeira natureza, o significado, e a razão da feitura, de um atlas tão rico e invulgar (como instrumento de contra-informação geográfica e geoestratégica para tentar contrariar a preparação que então estava em curso em Sevilha da viagem de Fernão de Magalhães); e

4.º- um estudo final (exaustivo e definitivo) sobre a decoração artística desse atlas tão ostensivamente luxuoso, e sobre a verdadeira identidade do responsável dessa decoração, o iluminador profissional luso-flamengo António de Holanda (estudo em que o autor retomou, e corroborou com novas e ainda mais indesmentíveis evidências, essa mesma identificação, que já havia afirmado, e publicado, desde 1993-1994).

Esses quatro estudos, de 2006, haviam sido antecedidos por um estudo inédito, muito semelhante, só com pequenas diferenças de texto e estrutura (académico, e não distribuído comercialmente), produzido no ano anterior. Essas duas obras de 2005-2006 constituíram a palavra final, da autoria do signatário, sobre o precioso espécime cartográfico conservado em Paris, acerca do qual já vinha investigando e publicando desde há mais de uma dúzia de anos, em Chicago (Newberry Library, 1993), Coimbra (FLUC, 1994 [2000]) e Paris (Revue de la Bibliothèque nationale de France, 1994).

A edição de Barcelona de Moleiro Editor, de 2006, continha ainda os seguintes contributos:

— um 5.º estudo, da autoria de Luís Filipe Thomaz, o melhor especialista da presença portuguesa nas regiões do Extremo Oriente;

— um 6.º estudo, com textos sobre as cartas regionais, da autoria de ambos, acompanhado da leitura dos topónimos por um competente especialista de paleografia); e

— um “Apêndice” e uma extensa “Bibliografia” tematicamente organizada, do signatário.

“A PROBLEM SOLVED”: O “ATLAS MILLER” DESDE 1993-1994 ATÉ 2021

Passaram quinze anos desde 2006 e, portanto, ficou mais do que patente a aceitação e eco que todos esses contributos mereceram nos círculos especializados (e até mesmo na opinião pública, mediática e jornalística). Não somente quanto à autoria artística do Atlas (que, de resto, já desde 1993-1994 vinha sendo unanimemente aceite pelos verdadeiros especialistas da Cartografia e da História da Arte Portuguesa), mas também quanto aos curiosos e sensacionais aspectos geográficos e geopolíticos (e, até, pessoais, e familiares, conjugais...!), da motivação, da feitura e do destino desse luxuosíssimo “*mapa para enganar os navegantes*”.

Ficaram patentes os aspectos diplomáticos e políticos da sua feitura, e do olhar para o qual foi feito, por ordem de Manuel de Portugal (o sabido “Rei da Pimenta”): o olhar do seu jovem e estimado cunhado, Carlos; o, então, em 1519, novel, e recém-chegado da Flandres, Rei Carlos I de Castela e Aragão (e, logo depois, eleito Imperador do Sacro-Império Romano-Germânico)... Carlos V... o jovem soberano daqueles que, para os Portugueses, desde sempre (e, sobretudo, desde o Tratado de Tordesilhas em 1494), eram os seus vizinhos próximos, irmãos rivais, e cordiais competidores... os Castelhanos.

Todos esses aspectos que desde 1993-1994 e 2005-2006 foram afirmados com grande novidade (em alguns casos, como o da identidade étnica dos cartógrafos Reinéis, com novidade que até foi mesmo espantosa, surpreendente, e sensacional) têm desde então sido aceites e repetidos; e tornaram-se mesmo nos verdadeiros lugares-comuns (óbvios e, agora, sempre massificados, até para o grande público), acerca do celeberrimo atlas.

Tornaram-se nas evidências óbvias que passaram a definir o estado da ciência, para o presente e o futuro, acerca desse mais célebre dos atlas mundiais da “Época dos Descobrimentos”. Quer quanto aos aspectos artísticos (a autoria da sumptuosa decoração, pelo pintor miniaturista António de Holanda), quer quanto aos aspectos geográficos e geopolíticos (a própria razão-de-ser da feitura de um Atlas assim, tão luxuoso quão erróneo [!], como instrumento de contra-informação, para com ele se tentar contrariar a ideia da circum-navegabilidade da Terra e impedir o projecto que estava a ser preparado por Fernão de Magalhães em Sevilha...), quer quanto à identidade dos olhares para os quais foi destinado (o olhar do futuro Imperador Carlos V, através do olhar da sua irmã que estava em lua-de-mel com o “Rei da Pimenta” Dom Manuel de Portugal...), quer quanto à identidade dos artífices que em Portugal o desenharam e decoraram (não somente um iluminador luso-flamengo e um jovem cartógrafo fidalgo português, mas também dois cartógrafos profissionais, pai e filho, que, espantosamente, se concluiu que, indubitavelmente, eram luso-africanos [!] e por isso chamados, pelos seus contemporâneos, como sendo “negros” [sic]).

Essa aceitação é, neste momento (2021), total. Quer na comunidade científica, quer na opinião pública. Essa situação foi alcançada em menos de vinte anos.

O momento decisivo foi quando a própria Bibliothèque nationale de France, a instituição proprietária onde se conserva o precioso espécime cartográfico iluminado, mudou nos seus catálogos e nas suas exposições a identificação, a referência, a ficha e as legendas desse mais precioso dos espécimes cartográficos do Renascimento. Acrescentou o nome do iluminador António de Holanda à lista dos autores da obra-prima que guarda nas suas colecções, e passou a chamar-lhe aquilo que ele realmente é: *Atlas de Lopo Homem, Pedro Reinel, Jorge Reinel, e António de Holanda*. Isso aconteceu sobretudo desde 2012, por ocasião da monumental exposição *L'Âge d'Or des Cartes Marines* (23.10.2012 - 27.01.2013), em que o “Atlas Miller”, claro, foi a principal peça exposta, e o motivo gráfico usado para o próprio símbolo dessa exposição (como sempre tem sido, e sempre vai continuar a ser, em qualquer exposição para a qual o vão buscar à caixa-forte onde é habitualmente guardado).

E é claro que, agora, em 2019-2022, estando em curso as celebrações, a nível mundial, dos 500 anos da primeira viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães e Juan Sebastián Elcano, tal se tornou ainda mais momentoso. A Bibliothèque nationale de France (BnF) e o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) até já publicaram (e colocaram, para maior divulgação, no Youtube, em <https://www.youtube.com/watch?v=OITFKM-n81m8>) o vídeo institucional respeitante a essa jóia da iluminura na cartografia do Renascimento, conservada nas suas colecções (atribuindo-lhe a sua verdadeira autoria, por António de Holanda), e ele pode agora ser visto por quem quer que seja.

UM LUXUOSO INSTRUMENTO DE CONTRA-INFORMAÇÃO GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA

O “Atlas Miller”, obra-prima artisticamente sumptuosa (incomparável), e geograficamente pioneira (mas, em alguma medida, paradoxal...), é um luxuoso instrumento de contra-informação diplomática e geopolítica (é um deliberado logro geográfico...) que foi mandado fazer expressamente para tentar contrariar a ideia da circumnavegabilidade da Terra e para assim tentar impedir o projecto que, exactamente ao mesmo tempo, nesses dias e meses desse ano de 1519, estava a ser preparado em Sevilha por Fernão de Magalhães; é a última tentativa portuguesa de recusa do plano de Colombo...!

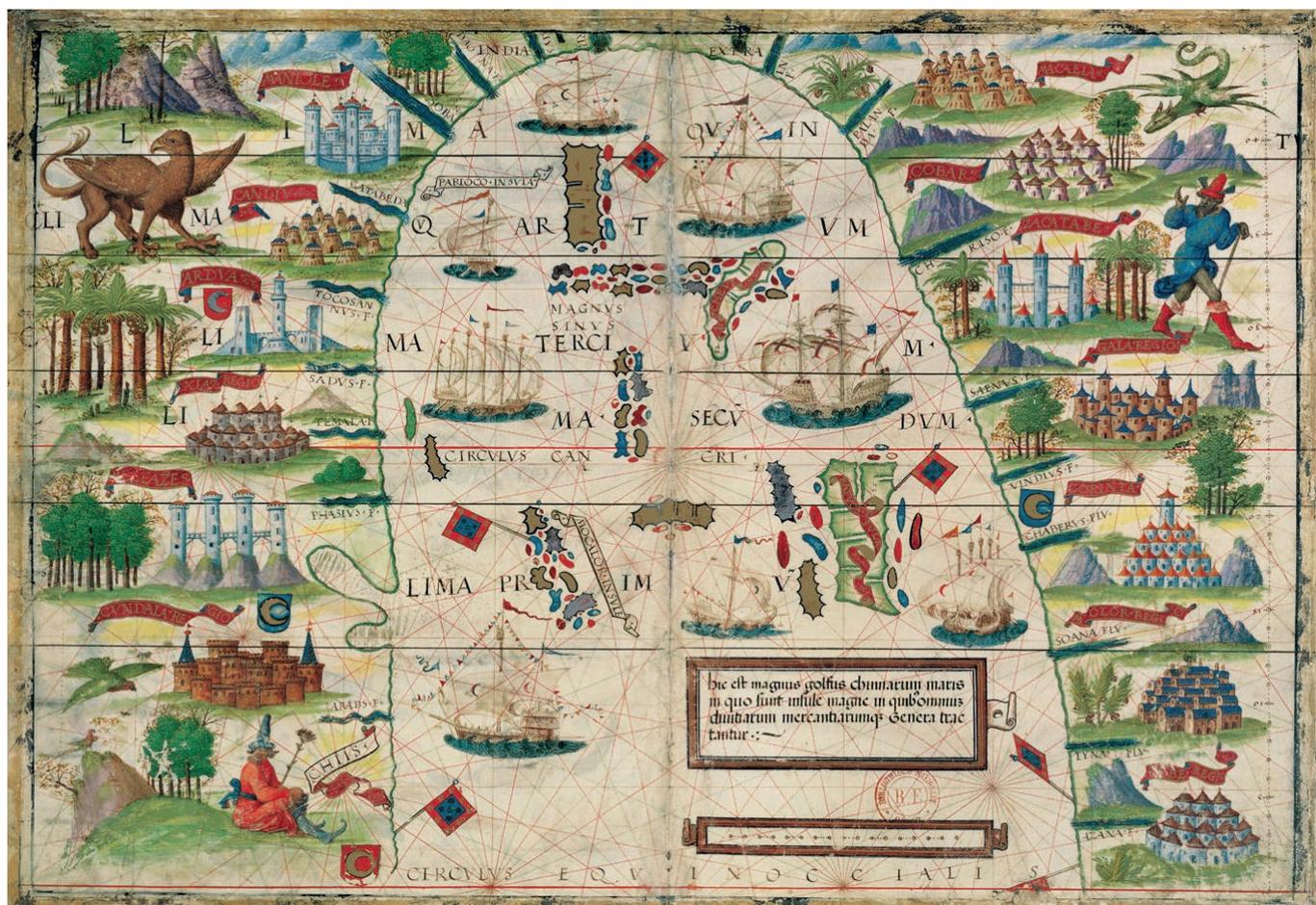
Este atlas foi feito contra a viagem de Fernão de Magalhães, e a viagem de Fernão de Magalhães foi feita contra o Atlas Miller... **O mapamundo do Atlas Miller “é falso”... “porque foi feito assim, de propósito, na época, pelos autores verdadeiros”**. É uma falsificação geopolítica, em que ficou patente a estratégia portuguesa para enfrentar, em 1519, a estratégia castelhana.

O paradoxal “enigma” da “falsidade” do mapamundo de 1519 — a propósito do qual, durante décadas, ao longo do século XX, se digladiaram alguns dos mais célebres e importantes historiadores da Cartografia mundial, portugueses, italianos, franceses, ingleses, etc. (Giuseppe Caraci, Armando Cortesão, Marcel Destombes, Albert Kammerer, Edward Heawood, etc.) — ficou, por fim, assim resolvido, em 2005-2006 em Coimbra e Barcelona. **O conteúdo geográfico, em relação à (não)circumnavegabilidade da Terra, à inventada Terra Austral, e à (fantástica... totalmente falsa e mentirosa) geografia do Extremo Oriente, é deliberadamente erróneo (!)... E a verdadeira razão porque se apresenta (grosseiramente) como “neo-ptolomaico” (!) é para disfarçar esse ludíbrio.**

Será, talvez, a maior (tentativa de...) falsificação geopolítica da História... — ou, pelo menos, a maior geograficamente... — por ser o primeiro logro que teve, ou tentou ter, uma dimensão planetária... E a verdade é que não teve êxito... pois em 1519 os navios de Magalhães partiram mesmo, e fizeram a sua viagem.



Quadro a óleo atribuído a Garcia Fernandes, com o Rei D. Manuel e a sua terceira esposa, a princesa flamenga D. Leonor irmã do Imperador Carlos V (Museu de São Roque - Misericórdia de Lisboa)



O Extremo Oriente no “Atlas Miller”, totalmente inventado e falso (e fechado... para tentar mostrar a impossibilidade da sua navegação a partir do Leste...), mas com belos dragões e grifos, pintados por António de Holanda (BnF, Paris)

Em 1519, por ordem do Rei D. Manuel de Portugal, os cartógrafos Lopo Homem, Pedro Reinel e Jorge Reinel, juntamente com o iluminador flamengo António de Holanda (recentemente vindo para Portugal e casado na família do jovem cartógrafo Lopo Homem), criaram esse luxuosíssimo atlas de cartas náuticas, decorado como se fosse um “Livro de Horas” flamengo (!), para ser oferecido à jovem princesa flamenga que, desde o ano anterior, se havia tornado a Rainha de Portugal... Leonor, a irmã do príncipe, vindo da Flandres, que se havia tornado o soberano de Castela e Aragão, e logo depois viria a sê-lo também do Sacro-Império Romano-Germânico, com o nome de Carlos V... A jovem de dezanove anos com quem D. Manuel, em 1519, aos quarenta e nove de idade, havia casado.

Mas o verdadeiro objectivo deste estranho e magnífico espécime cartográfico (que estaria a ser feito durante os anos da “lua-de-mel” desse casal... em Évora, Almeirim e Lisboa) foi fazer circular contra-informação geográfica e geopolítica (deliberadamente falsa), para com ela tentar ludibriar os círculos dirigentes castelhanos. E é por isso que ostenta, com grande obviosidade, a concepção geográfica, errónea, de que as terras, no planeta, são muito maiores do que os mares, e envolvem-nos, totalmente. E que, portanto, não é possível uma viagem de circum-navegação em que se chegasse ao Oriente através do Ocidente (o velho sonho de Colombo e dos Castelhanos...). Não é possível chegar às asiáticas “Ilhas das Especiarias”, as cobiçadas Molucas, através do hemisfério ocidental atribuído aos Castelhanos pelo Tratado de Tordesilhas.

É impossível o que, nesse ano de 1519, Magalhães preparava em Sevilha.

A mensagem do tão impressionante e luxuoso “Atlas Miller” é, sobretudo, uma: a Terra é grande de mais, e o Mar é pequeno de mais...! E é fechado! Todos os mares do mundo, unidos, são somente uma espécie de grande poça de água, um “stagnon”, no centro da terra. É uma concepção com influência de Ptolomeu: uma estranha espécie de “neo-ptolomismo” (!) que, numa época adiantada como aquela, em 1519, é já totalmente anacrónico e arcaizante... E, sobretudo, é particularmente surpreendente e estranho — é algo de paradoxal, e incompreensível — por aparecer precisamente na cartografia portuguesa (!), aquela que nunca havia tido especialmente influência ptolomaica, e que, bem pelo contrário, nas suas cartas náuticas, verdadeiras, de tipo carta-portulano, era a mais pioneira e exacta, no Atlântico e no Índico (e, desde há décadas, havia sido a que havia contribuído, mais do que qualquer outra, para a ultrapassagem das concepções ptolomaicas!).



Alfredo Pinheiro Marques

Centro de Estudos do Mar e das Navegações
Luís de Albuquerque — CEMAR (Figueira da Foz)

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

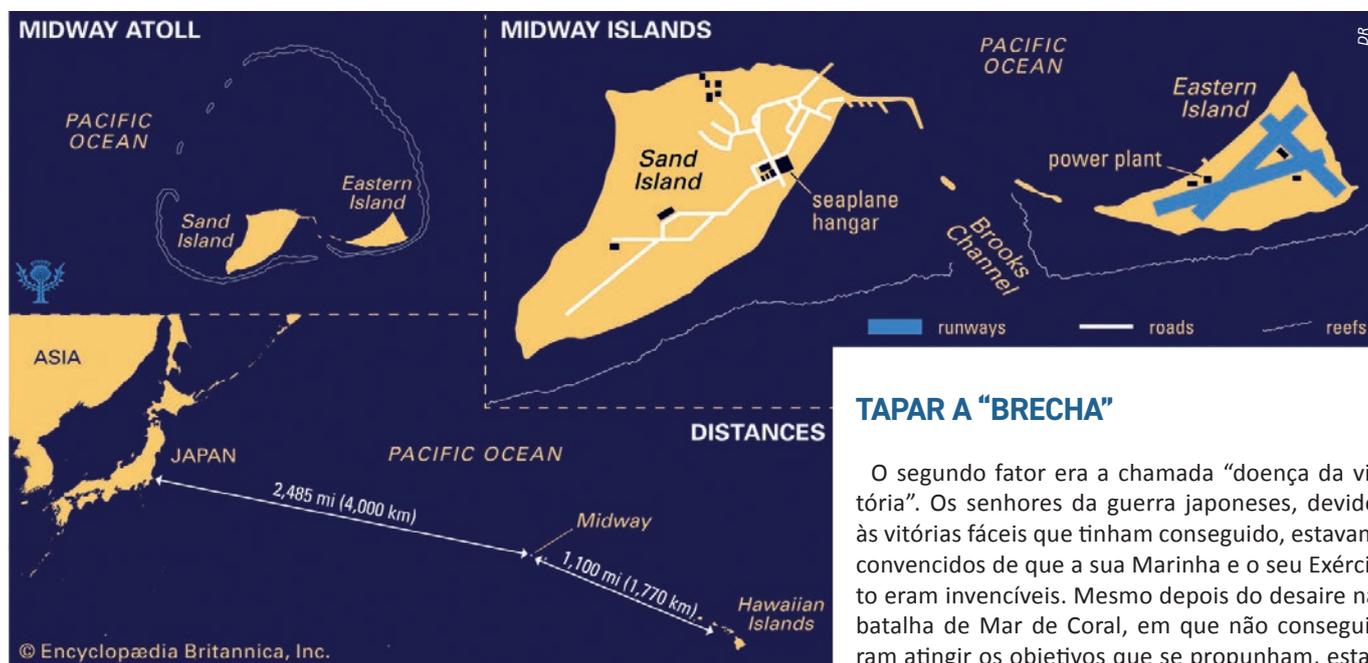
Notas

¹ Artigo constituído por 3 partes, baseado nos estudos do autor incluídos em MARQUES, Alfredo Pinheiro, e THOMAZ, Luís Filipe, Atlas Miller, com introdução por Manuel Moleiro, e prefácio por Joaquim Ferreira do Amaral, Barcelona: M. Moleiro Editor, 2006.

² O Atlas editado por Manuel Moleiro teve o seu lançamento ao público em Portugal, em Lisboa, no Padrão dos Descobrimentos, no dia 04.05.2006.

GUERRA NO PACÍFICO

MIDWAY – A ESTRATÉGIA JAPONESA



TAPAR A “BRECHA”

O segundo fator era a chamada “doença da vitória”. Os senhores da guerra japoneses, devido às vitórias fáceis que tinham conseguido, estavam convencidos de que a sua Marinha e o seu Exército eram invencíveis. Mesmo depois do desaire na batalha de Mar de Coral, em que não conseguiram atingir os objetivos que se propunham, estavam, ainda assim, convictos da sua invencibilidade,

de, pelo que, com esta ilusão, voltaram-se decididamente para a conquista de Midway.

De facto, no final da batalha do Mar de Coral, o plano de operações do ataque a Midway estava praticamente finalizado e o início da operação estava em marcha. O raide aéreo sobre Tóquio e outras cidades japonesas, efetuado a 18 de abril, foi o terceiro fator que deu ao duplo objetivo de ocupação de Midway e à destruição da esquadra americana, um carácter de urgência. Tendo concluído rapidamente que os aviões tinham sido lançados a partir de um ou mais porta-aviões que se aproximaram através daquilo a que Yamamoto chamou de “brecha de Midway”, o Estado Maior da MIJ ficou mais convencido da necessidade de controlar o atol.

Cerca de três semanas depois do ataque de Doolittle, Yamamoto promulgou o plano de operações de ataque e invasão de Midway, plano extremamente complexo devido ao enorme número de forças e à sua dispersão pelo Pacífico. De facto, esta operação incluía uma força de ataque e invasão das ilhas Aleutas, uma força de porta-aviões de bombardeamento a Midway e ataque aos porta-aviões americanos, uma força de couraçados de apoio e de ataque final à esquadra americana e uma força de desembarque de cinco mil homens.

Quando se fez ao mar, esta era a maior força naval alguma vez constituída. Tinha mais de duzentos navios incluindo onze couraçados, oito porta-aviões, vinte e dois cruzadores, sessenta e cinco contratorpedeiros, vinte e um submarinos e cerca de setecentos aviões embarcados e baseados em terra e vários navios auxiliares de apoio. A superfície total dos conveses de todos os navios da esquadra japonesa era superior aos 1.000 hectares da superfície total do atol de Midway.

ISCO PARA PORTA-AVIÕES

Na Primavera de 1942, as conquistas e os sucessos da Marinha Imperial Japonesa (MIJ) tinham sido alcançados de forma relativamente fácil. O debate que se seguiu, ao mais alto nível na liderança japonesa, visava decidir entre duas opções principais:

- Isolar a Austrália, tomando de assalto várias ilhas no Pacífico Sul; ou

- Fazer o que Yamamoto desejava, terminar o que tinha sido iniciado em Pearl Harbor, ou seja, destruir o que restava da esquadra americana do Pacífico.

A decisão final resultou num compromisso:

- Uma ação limitada contra a periferia da Austrália, que aconteceria no início de maio com a tomada de Port Moresby, na Nova Guiné; e

- Em junho, uma operação ofensiva de grande envergadura para ocupar Midway e, ao mesmo tempo, atrair os porta-aviões americanos para uma emboscada, para os destruir na batalha decisiva que Yamamoto há muito procurava concretizar.

O plano inicial japonês era expandir o seu domínio no Pacífico até à ilha de Wake. Contudo, vários fatores vieram a conjugar-se para que a operação Midway passasse a ser da maior importância para a estratégia japonesa. O primeiro desses fatores era a destruição dos porta-aviões americanos no Pacífico antes que a indústria de guerra americana conseguisse entrar em pleno funcionamento. Este objetivo não tinha sido alcançado no dia 7 de dezembro, devido à ausência dos porta-aviões americanos em Pearl Harbor, pelo que era necessário um isco para atrair a esquadra americana para uma batalha decisiva. Esse isco era precisamente o ataque a Midway, pois Yamamoto sabia que os americanos não podiam dar-se ao luxo de perder uma posição estratégica tão importante.

ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

DIRETOR-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA E COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

No dia 8 de março, tomou posse como novo Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante-geral da Polícia Marítima (DGAM/CGPM) o VALM Coelho Cândido, que rendeu no cargo o VALM Sousa Pereira.

A cerimónia decorreu na Casa da Balança, foi presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Jorge Seguro Sanches, e contou com a presença do CEMA/AMN, ALM Mendes Calado. Inicialmente foi lido o louvor concedido pelo Almirante CEMA ao VALM Sousa Pereira, do qual se releva a *“elevada dedicação e notório rigor com que exerceu o cargo”* e o *“o facto de ser o Oficial General que por mais tempo exerceu este cargos nos últimos 30 anos”*. A condecoração – Medalha de Serviços Distintos – foi entregue pelo SEADN.

Após a leitura do despacho de nomeação, seguiu-se o discurso de tomada de posse, no qual o VALM Coelho Cândido referiu que *“a Direção-geral da Autoridade Marítima e a Polícia Marítima tudo farão por uma Autoridade Marítima Nacional pronta, relevante, credível e com grande disponibilidade para cooperar com todos os parceiros nacionais e internacionais.”*

O novo DGAM/CGPM dirigiu, entre outras, as seguintes palavras para com os elementos da Autoridade Marítima Nacional (AMN): *“Conto com o vosso elevado profissionalismo e espírito de bem servir, na prossecução do interesse público, e estou certo de que a vossa competência e elevado sentido ético permitirá superar os desafios que teremos que enfrentar, contribuindo para o prestígio e afirmação da Autoridade Marítima Nacional”*.

O SEADN reconheceu, no seu discurso, que os atributos pessoais e conhecimentos do novo DGAM/CGPM *“lhe permitirão fazer face a todos os desafios da nova missão”*, manifestando o seu apoio para a continuação do cumprimento da missão da AMN. Concluiu as suas palavras afirmando que *“Estaremos todos cá para, com a humildade do cumprimento das nossas missões de serviço público, dar o nosso contributo para que a sua missão e a história da Autoridade Marítima Nacional e da Polícia Marítima tenham mais uma página relevante ao serviço de Portugal e dos Portugueses”*.



Fotos SAJ, ETC, Silva Parracho



O VALM António Manuel de Carvalho Coelho Cândido nasceu a 8 de maio de 1961, e concluiu a licenciatura em Ciências Militares Navais, Curso de Marinha, na Escola Naval, em 1984; foi promovido ao atual posto em 6 de dezembro de 2018.

Como Guarda-marinha foi oficial imediato do NRP *Cuanza*. Depois de ter concluído a especialização em Eletrotecnia, prestou serviço a bordo do NRP Roberto Ivens. Entre 1989 e 1990 frequentou, nos EUA, cursos dos sistemas de armas das fragatas classe Vasco da Gama, após o que embarcou nos NRP *Álvares Cabral* e NRP *Vasco da Gama*. Nestes navios, realce para as participações em dois *Operational Sea Training* e em duas STANAVFORLANT, para além da operação na Guiné-Bissau, em 1998.

De 1999 a 2001 comandou a corveta *João Roby*.

Em terra passou pela Esquadilha de Escoltas Oceânicos e pela Direção de Navios. Seguiu-se-lhe um longo período na Autoridade Marítima, muitas vezes acumulando com funções na estrutura militar da Marinha – Adjunto do Capitão do Porto de Lisboa, Comandante da Zona Marítima da Madeira, Chefe do Departamento Marítimo da Madeira, Capitão do Porto do Funchal, Comandante Regional da Polícia Marítima da Madeira, Chefe do Departamento Marítimo do Centro, Capitão do Porto de Lisboa e Comandante Regional e Local da Polícia Marítima, Comandante da Zona Marítima dos Açores e Chefe do Departamento Marítimo dos Açores.

Foi ainda Diretor-geral do Instituto Hidrográfico e Superintendente do Material. Possui, entre outros, o Curso de Promoção a Oficial General, o Curso de Planeamento Civil de Emergência e o Curso de Defesa Nacional.

DIRETOR DA COMISSÃO CULTURAL DE MARINHA



Na Casa da Balança, em Lisboa, tomou posse como Diretor da Comissão Cultural de Marinha (CCM), a 2 de março de 2021, o CALM Garcia Belo, sucedendo no cargo ao CALM Ramos Borges.

A cerimónia, presidida pelo CEMA/AMN, ALM Mendes Calado, iniciou-se com a condecoração do CALM Valente dos Santos, ex-Diretor da CCM (outubro de 2018 - dezembro de 2020). De seguida, e após a leitura da Ordem de Serviço com a nomeação, o empossado fez uma alocução, na qual salientou a importância da preservação da Herança Cultural, assegurando a ligação do passado com o presente e garantindo *“que as gerações futuras continuem a ter acesso a essa memória, mas também aos saberes e valores do nosso quotidiano.”*

Citando um pensamento de Fernando Pessoa – Cultura não é ler muito, nem saber muito; é conhecer muito –, o novo Diretor da CCM terminou o seu discurso dirigindo-se à sua guarnição: *“Se a CCM e órgãos dependentes conseguirem disponibilizar e partilhar esse muito conhecimento, atingiremos o nosso objetivo comum. Conto convosco... para levar a bom termo esta nova missão que me é confiada.”*

Antes da finalização da cerimónia, usou da palavra o Almirante CEMA; dirigindo-se ao CALM Valente dos Santos, agradeceu-lhe o empenho e dedicação, nomeadamente no que respeita à modernização dos órgãos culturais da Marinha, atingindo novos públicos, e na procura de fontes de financiamento alternativo. Agradeceu também ao CALM Ramos Borges a disponibilidade em dirigir a CCM, em acumulação com as funções de Diretor da Revista da Armada.

Ao novo diretor da CCM, o Almirante CEMA traçou as prioridades para a sua comissão, com destaque para: a continuidade do programa de modernização dos equipamentos culturais; o reforço da cooperação com parceiros nacionais e internacionais; a prossecução da abertura da Marinha à sociedade e aos cidadãos e a preparação do futuro no contexto pós-pandemia.

O Almirante CEMA fez ainda saber que pretende criar um Conselho Superior da Marinha para a Cultura, *“constituído por personalidades civis ou militares de reconhecido mérito, para me aconselhar e apoiar”*, com o objetivo de definir *“iniciativas inovadoras que fortaleçam o papel cultural do ramo, melhorem os laços com a comunidade cultural nacional e contribuam para incrementar a abertura à sociedade”*.



O CALM EMQ José Luís Garcia Belo, natural de Lisboa, foi admitido na Escola Naval em 1975, onde concluiu o curso de Engenheiro Maquinista Naval, iniciando então a sua carreira de 14 anos no mar.

Foi adjunto, chefe do Serviço de Máquinas e chefe do Departamento de Propulsão e Energia em draga-minas, navios hidrográficos, navios balizadores e fragatas. Acompanhou a construção e as provas de mar da fragata *Vasco da Gama*; como elemento da sua 1ª guarnição, foi sucessivamente chefe de Serviço e chefe de Departamento.

Na Escola Naval foi professor de Máquinas Marítimas. Na Direção de Navios (DN) desempenhou várias funções, em períodos distintos, desde coordenador das fraga-

tas a chefe dos Departamentos de Manutenção e de Construções, passando ainda por responsável por programas de modernização da esquadra; já como CALM, foi Diretor da DN, cargo esse que acumulou com o de *chairman* do *NATO Naval Armaments Group*, a partir de dezembro de 2013

Foi Presidente do Conselho de Administração do Estaleiro Arsenal do Alfeite, SA de março de 2018 a junho de 2020.

A nível académico, tem uma pós-graduação em Engenharia de Manutenção (ISQ) e o Mestrado em Transportes no Instituto Superior Técnico.

O REI AFONSO E SANTA CRUZ DE COIMBRA

“E depois, houve batalha em nos campos d’Ourique e venceu-a. E dêz ali em diante se chamou el-rei Dom Afonso de Portugal, e entom tomou por armas as cinco quinas (...)”

IV Crónica Breve de Santa Cruz, Séc. XIV

A INDIVIDUALIDADE DE COIMBRA NOS PRIMÓRDIOS DA NACIONALIDADE

Afonso, rei dos portugueses desde 1139¹, impulsionou a fundação em Coimbra², a 28 de Junho de 1131, pelo arcediogo da Sé – o Presbítero Telo – de uma comunidade mesteiral de cônegos regrantes de Santo Agostinho³, que viria a ser estruturante no seu reinado, e que, integrando-se num quadro mais vasto da visão do príncipe portugalense, era então o reflexo das tendências da Cristandade para o movimento dirigido a Jerusalém, que havia sido conquistada a 13 de junho de 1099 pelos cruzados⁴. A Rainha D. Teresa tinha manifestado o mesmo entusiasmo por tais ideais quando a ela haviam chegado as pretensões de Hospitalários e Templários⁵.

Existia já em Coimbra, desde 1111, e assim reconhecido por D. Henrique⁶, um concelho autónomo, tendo, mais tarde, o Príncipe Afonso seleccionado de entre os nobres da cidade alguns dos seus conselheiros mais próximos, formando assim o seu séquito juntamente com cavaleiros nobres de entre Douro e Minho, e que lhe asseguravam as estruturas de defesa das terras de Portugal. Sendo as questões de soberania e defesa as mais prementes, o príncipe portugalense escolheu, preferencialmente, até por razões estratégicas, os responsáveis pelas tenências e alcaidarias mais próximas da (então) fronteira do Reino, nomeando-os, como defende José Mattoso, “em comissões temporárias e sem carácter hereditário”. Era muito claro, sabemos-lo pela *Crónica Breve de Coimbra* e pela *Crónica Galego-Portuguesa*, que o Príncipe Afonso tinha especial cuidado nos equilíbrios sócio-políticos entre a nobreza e o poder dos concelhos – e os cavaleiros não nobres dos concelhos –, sendo que, quanto a estes, lhes respeitava as liberdades e os privilégios concedidos, e cuja tradição comunitária mais longínqua se pode encontrar desde a organização romana que se foi mantendo entre as populações, com maior premência, em terras a sul do Douro e do Mondego.

DE FRONTEIRA DE CONDADO A CENTRO DO REINO

Coimbra tinha-se tornado uma cidade cristã em 1064⁷, situando-se na fronteira das terras portugalenses, estando, portanto, assim exposta aos primeiros embates de investidas de exércitos e de grupos de ataque muçulmanos, como ocorreu com o violento ataque de 1117. Era um ponto estratégico, fundamental para a sedimentação do território, mas, como polo sócio-cultural, a sua importância era muito relevante, não apenas pelo foral concedido por D. Henrique em 1111, mas também pelo facto de a sua população ter características específicas, notoriamente diversas das terras acima do Douro.

A presença do Príncipe Afonso em Coimbra, que se sistematizou, permitia-lhe, ainda, no quadro do exercício dos poderes medievais na envolvente portuguesa naqueles inícios do Séc. XII, assegurar o necessário equilíbrio entre a sua autoridade régia e a que era exercida pela nobreza senhorial e terra-tenente nos

territórios que lhes estavam concedidos, o que, para o príncipe fundador, era muito importante em termos de decisão política, e até político-económica. É relevante sublinhar que o *centro urbano* existente nos primórdios do Séc. XII na Europa pouco tinha que ver com as cidades de configuração quatrocentista ou quincentista, sobretudo atentos os factores relacionados com as capacidades de produção artesanal, de actividade crescente dos artífices, de fomento e expansão portuária, de estruturação das economias de base monetária e de todas as actividades ligadas às profissões do Direito e das demais que dependiam das funções da escrita, e da fundamental importância que nestas tinham os clérigos⁸ e os eruditos. Contudo, já com as bases que propiciava, toda a envolvente de Santa Cruz concedia ao Príncipe uma capacidade organizacional diferenciada, mais robusta, o que potenciava o exercício do seu poder régio.

Coimbra era, desde o último quartel do Séc. XI, um centro que afirmava a sua individualidade, porque preservava, ainda – ao contrário das tradições mais guerreiras e agrárias da cultura acima do Douro – características próprias quer da cultura moçárabe⁹, quer mesmo do direito visigótico, e também algumas instituições sobreviventes do direito romano, num equilíbrio existente com um quadro de usos e costumes mais próprias de uma cultura mediterrânica. Foi, aliás, esta individualidade cultural que criou alguma oposição entre os cônegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra e o poder eclesiástico exercido pelo arcebispo de Braga¹⁰ e pelo bispo¹¹. O Papa Pascoal II havia estabelecido os limites da diocese de Coimbra em 1101¹². As elites de Coimbra, designadamente os cavaleiros de pequena nobreza das famílias que – décadas antes da fundação do Mosteiro – se opuseram aos nobres franceses que D. Henrique tinha decidido colocar a administrar a cidade, constituíam, aliás, uma força sustentadora quer dos cônegos de Santa Cruz, quer da defesa da individualidade cultural da cidade.

Recorde-se que já desde 1117 havia, em Coimbra, uma confraria de invocação do Santo Sepulcro, muito fomentada por peregrinos que tinham rumado à Terra Santa, e que já anos antes o prior do mosteiro de Leça – chamado do *Bailio* – organizou uma comunidade local de *pobres de Jerusalém*, o que ocorreu já depois da entrega aos Hospitalários do mosteiro pela rainha D. Teresa, facto



que é extremamente relevante, porque a própria Ordem apenas teve reconhecimento papal formal em 1113. O ocidente portugalense acompanhava, assim, o desenho político e eclesiástico que se ia formando.

Ao ligar intrinsecamente, e em definitivo, o condado de Portucale e o de Coimbra, e ao instituir, em Santa Cruz, a base do poder régio que exercia pela sua Cúria, o Rei Afonso criou uma coesão territorial e um sentido político unitário, sustentado numa missão global mais abrangente, socialmente mais complementada, ainda que salvaguardando as diferenças culturais próprias. Essa força viria a ser fundamental no desenho territorial do Portugal que crescia. Desde os primórdios da sua fundação, o Mosteiro de Santa Cruz teve uma muito notória protecção real, constituindo, indiscutivelmente, a pedra basilar cultural imprescindível à sedimentação das burocracias próprias do exercício da autoridade régia.

SANTA CRUZ E O CONHECIMENTO INSTALADO

Os ataques constantes a que Coimbra se encontrava sujeita na década de 30 (Séc. XII), implicaram, como nos ensinam José Hermano Saraiva, Oliveira Marques e José Mattoso, um reforço das estruturas defensivas da cidade, e a criação de bases sustentadas de forma a permitir que dali se pudessem lançar ataques para as grandes áreas de Santarém e de Lisboa (a esta cidade, e à zona marítima de aproximação ao porto), o que daria uma contextualização territorial diferente a Portugal, e que acabou por ser um passo fundamental na solidificação da situação político-económica do país em torno dos mais poderosos centros urbanos e de poder, Coimbra, Santarém e Lisboa, além de Braga e Guimarães bem entendido.

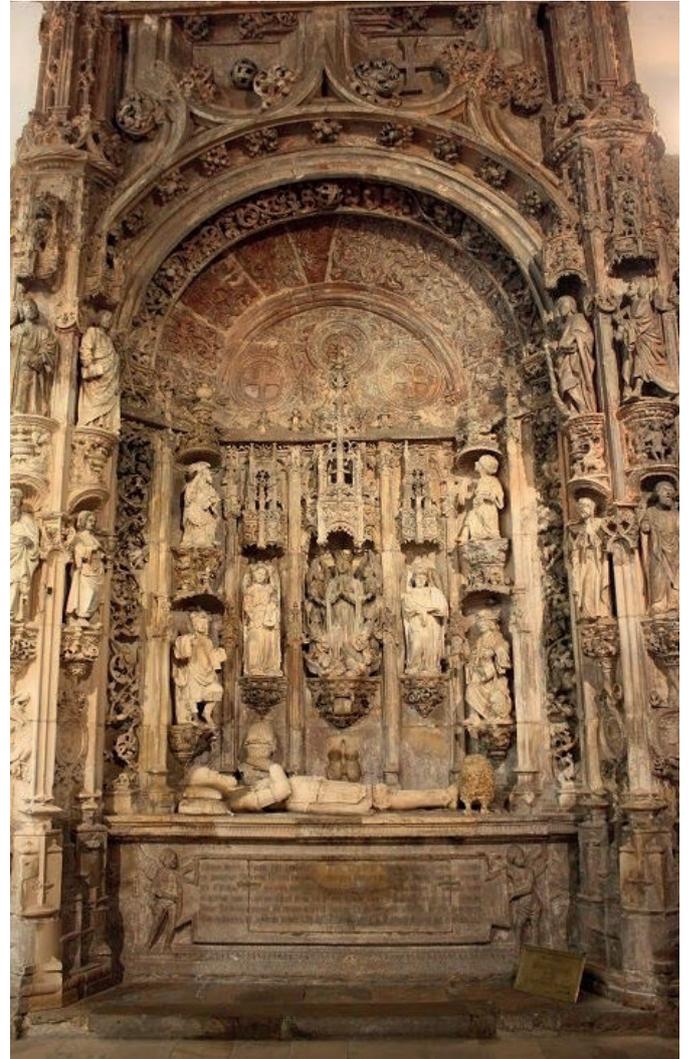
O primeiro edifício – românico, com um claustro empolgante – em Santa Cruz teve o seu processo de construção inicial entre 1132 e 1223¹³, tendo sido implementados avultados trabalhos de reconstrução e alteração a partir dos inícios de Quinhentos, com a reconstrução do claustro¹⁴, a construção dos soberbos túmulos dos Reis Afonso e Sancho (uma fantástica obra manuelina que resultou da prometida trasladação real¹⁵) em 1507, do famosíssimo cadeiral (1521), e ainda do coro alto (1530)¹⁶.

Santa Cruz era, indubitavelmente, o principal centro de estudos em Portugal nos primeiros quartéis da Dinastia Afonsina – tendo muitos mestres e eruditos com formação em cidades italianas (Pisa, Pavia, Roma), e também em Paris e Avignon, sendo que vários *cónegos copistas* fizeram viagens a São Ruão (1137-1139) –, nela tendo estudado figuras ilustres como o próprio S. António que se sabe ter estado no mosteiro de 1213 a 1220 (já depois de ter estado em S. Vicente de Fora de 1210 a 1212), e antes de ir para o Convento dos Olivais em Coimbra.

Os *cónegos agostinhos* elaboraram extensa escrita e informação histórica de relevantíssimo interesse para o estudo das primeiras décadas da nacionalidade portuguesa. De entre outros, como nos ensina José Mattoso, temos – traduzidos e com notas historiográficas desde 1998 – a *Vida de Telo* (*Vita Tellonis*)¹⁷, a *Vida de Teotónio*¹⁸ e a *Vida de Martinho de Soure*, todos do Séc. XII. Todo este espólio de textos, bem como outros de conteúdo normativo, é bem elucidativo do elevado grau de desenvolvimento e da reconhecida erudição dos estudos produzidos em Santa Cruz. Os *cónegos* regrantes – que usufruíam de uma isenção canónica, como antes se referiu – levavam uma vida austera, contemplativa e disciplinada, mas viviam no meio da urbe e não afastados da cidade como os Cluniacenses e os Cistercienses, estes ainda mais reservados. Os regrantes davam particular importância à recepção de peregrinos e hóspedes e à actividade hospitalar e de apoio, tendo fundado várias *albergarias*, como a conhecida em Poiares.

LIGAÇÕES À CÚRIA ROMANA

Os *cónegos* de Santa Cruz, pretendendo acentuar a sua individualidade, enviaram uma delegação à Cúria romana chefiada pelo próprio Telo e por João Peculiar, no sentido de adquirir a protecção papal, tendo conseguido reunir com Guido de Vico¹⁹, que já tinha sido delegado papal em Compostela. O facto é que Inocêncio II concedeu, a 20 de Maio de 1135, uma bula, onde dava a Santa Cruz a protecção papal e a isenção canónica – e recomendava os *cónegos*



regrantes ao Príncipe Afonso e ao Bispo da Diocese – privilégios posteriormente confirmadas com Alexandre III. Foi precisamente naquele mês (Maio) que se realizou o famoso Concílio de Pisa, ao qual assistiram Telo e João Peculiar, e no qual reuniram com o ilustre Bernardo de Claraval²⁰, eminente figura tida como muito próxima do Papa e um dos seus conselheiros pessoais de confiança.

Telo e João Peculiar procurariam, ainda, designadamente em Pavia, mais aprofundadas bases do conhecimento quanto ao cumprimento estrito da Regra de Santo Agostinho, tendo trazido – como defende José Mattoso – do mosteiro de *Saint Ruf de Avignon*, uma cópia do costumeiro de *Letberto*²¹, sendo que, décadas mais tarde, os *cónegos* regrantes adaptariam muitos usos e costumes cistercienses ainda antes de 1160. João Peculiar – já depois de ter dirigido a reforma do mosteiro de Grijó, em 1134, e de outros mosteiros mais antigos (Séc. X e XI) entre Douro e Minho, no sentido de seguirem a *regra dos agostinhos* – seria eleito Bispo do Porto ainda durante 1137 e, mais tarde, arcebispo de Braga, uma posição eclesiástica eminente na Cristandade.

Passados já 890 anos da fundação de Santa Cruz, e 957 anos desde que Coimbra se tornou cristã, é nas valorosas premissas da sua constituição quase milenar que encontramos as bases fundadoras das estruturas do Reino, os princípios sustentadores da autoridade, bem como o conhecimento agregado dos primeiros quadros da Cúria e dos conselheiros então formados e, portanto, a solidez jurídica e administrativa que o Rei Afonso precisou para continuar a construir e erguer esta vetusta e anciã Nação que, por aquele tempo, já crescia francamente no seu âmbito territorial.



Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Notas

¹ Desde a batalha de Ourique, onde assumiu as quinas de Portugal.

² Designadamente através do oferecimento aos cônegos de uma importantíssima propriedade junto aos muros da cidade (diz-se, no lugar onde estavam instalados os banhos reais - ao fundo da Judiaria -, ainda de construção muçulmana), e no próprio financiamento da construção do mosteiro, que durou décadas, mas que sempre foi apoiado pelo monarca, bem como nos muito significativos privilégios e concessões que foram concedidos aos cônegos regrantes, e que reflectem a extraordinária influência que Santa Cruz sempre teve em especial junto da Dinastia Afonsina, bem como a enorme riqueza que possuía.

³ Os cônegos regrantes, que seguem a Regra de Santo Agostinho (*Sacer et Apostolicus Ordo Canoniarum Regularium Sancti Augustini*), eram conhecidos como *crúzios* precisamente pela sua fundação em Portugal ser Santa Cruz de Coimbra. A Regra pressupunha premissas de pobreza, obediência, contemplação e casti-

dade, e defendem os estudiosos que foi por influência de Saint Ruf de la *Abbaye D'Avignon*, fundada no Séc. XI (1039), e de Saint Victor de *Marseille*, onde professavam os cônegos regulares de Santo Agostinho, que se criaram regras monásticas diferenciadas das da Ordem de Cluny, da qual aliás havia já presença mesteiral em terras portugalenses desde final do Séc. X (999/1100) com a fundação do mosteiro de Rates. A evolução dos cônegos regrantes, desde *Avignon* e da regra de *Aix-la-Chapelle*, está intimamente ligada aos acontecimentos que haveriam de dar-se com o Sinodo de Latrão em 1059, e com o decreto *Praeducens sint*, e com a própria reforma gregoriana (Gregório II, 1073-1085). Para mais desenvolvimentos sobre os cônegos regrantes ver trabalhos de Maria Filomena Mónica, Vera Soares Barbosa, Jorge Santos Carvalho e José Mattoso.

⁴ Portanto, 4 anos depois de Henrique da Borgonha ter recebido o condado portugalense.

⁵ D Teresa fez, precisamente em 1128 (ano da batalha de S Mamede), doações aos Templários do castelo e terras de Soure (entre outras).

⁶ O foral de D. Henrique estabelecia direitos, mas também obrigações, aos municípios, e foi concedido no mesmo ano em que ocorreu uma revolta na cidade.

⁷ Data do início do governo de Sisnando.

⁸ É útil sublinhar que, desde finais do Séc. XI, os clérigos mantêm contactos com Roma e algumas cidades francesas, onde se deslocavam na procura dos novos conhecimentos, sobretudo ao nível das *novas* concepções políticas que se desenhavam nas cidades italianas, bem como dos instrumentos jurídicos próprios do Direito Canónico e do Direito Civil, que eram estruturantes à sedimentação organizativa das burocracias do poder real.

⁹ Em 1140, portanto quatro décadas depois da decisão Papal sobre a diocese, ainda existia em Coimbra uma igreja moçárabe mas com culto cristão dedicado a N.ª Senhora, o que prova bem a convivência multicultural.

¹⁰ Não cabe no presente artigo analisar o quadro de antagonismos *políticos* e *eclesiásticos* que se criou, na Península, entre Compostela e Braga, que era um reflexo do que, em termos de relação de susseranias, se estabeleceu entre Leão, a Galiza e Portucale, e as rainhas Urraca e Teresa, bem como, um pouco mais tarde, a frontal discordância que se criou entre o arcebispo de Toledo e o já então poderoso D. João Peculiar - arcebispo de Braga desde 1138 -, que ainda havia de lhe prestar juramento como *primaz das Espanhas*, em 1150. Todo este contexto, contudo, é matéria para apreciação noutra sede.

¹¹ Mas não foi só esta vertente que causava a firme reacção do Bispo e dos padres diocesanos. É que os cônegos regrantes, aproveitando a isenção canónica, reivindicavam o exercício de todas as funções *pastorais* nos (vastos) territórios que iam adquirindo com a protecção real, sendo que neles estabeleciam paróquias das quais recolhiam os rendimentos canónicos, e sem que estivessem sob a jurisdição do Bispo, o que nos dá claramente a ideia de que a disputa não era apenas *espiritual*, mas, também, *material*.

¹² Em 1119 o Papa Pascoal II atribuiu as dioceses de Coimbra e de Viseu ao arcebispo de Braga.

¹³ Podem encontrar-se em Santa Cruz, ainda hoje, amplos exemplos arquitectónicos desse período, como sejam, além da arcaria e trabalhos de pedra, e de elementos artísticos dos claustros, o túmulo do Bispo D. Miguel de Coimbra (1218).

¹⁴ Subsiste, ainda, o famoso Jardim do Claustro da Manga, com edificação na primeira metade do Séc. XVI (1533), e atribuída a Frei Braz de Barros com protecção e investimento de D. João III, sendo que a obra artística de pedra é da autoria de João de Ruão, com intervenção dos extraordinários Pêro de Évora, Diogo Fernandes e Fernão Luís. Há uma longa descrição das obras e do perfil dos trabalhos e dos seus autores na *Crónica dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho* de 1540, da autoria de D. Venâncio.

¹⁵ É tido como pressuposto verídico entre os estudos historiográficos que constava mesmo do testamento do Rei Afonso que queria ter ali, em Santa Cruz, a sua morada final, e que os Mestres de Coimbra dos inícios do Séc. XVI lhe construíram (e a seu filho), com o impulso de D. Manuel, uma invulgar e magnífica residência tumular, num apurado estilo manuelino.

¹⁶ Teria, ainda, trabalhos de alteração e acréscimo na época maneirista e no tempo da arte Joanina no Séc. XVIII.

¹⁷ Telo, filho de Odário, era presbítero de Coimbra, e obteve a protecção do Bispo Maurício desde finais do Séc. XI (1098), tendo-o acompanhado numa peregrinação a Jerusalém (1104-1108), e tendo ficado mais de meio ano em Bizâncio, estadia extremamente útil e relevante para a sua formação.

¹⁸ Teotónio foi o primeiro prior de Santa Cruz, também presbítero em Coimbra, e igualmente viajado por Jerusalém; era sobrinho do Bispo Crescónio de Coimbra, que tinha introduzido - em 1092 - além do ritual romano, os costumes monásticos cluniacenses na Diocese.

¹⁹ Guido de Vico era, então, cardeal de São Cosme e São Damião, e seria ele que, uma década mais tarde, em 1143, estaria em Zamora a *validar* o acordo entre o Rei Afonso e Afonso VII de Leão.

²⁰ Terá sido este encontro que propiciaria, anos depois (1140), depois da reunião de Tarouca, a instalação dos primeiros cistercienses oriundos de França em Portugal, abrindo assim caminho a significativos processos de renovação religiosa.

²¹ Letberto era prior na comunidade de *Avignon*, uma sede monasteiral de monges intelectuais que se dedicavam à elaboração de *códices* e de literatura litúrgica vária, e que foi de extrema influência para os regrantes crúzios.



ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS

BASE NAVAL DE LISBOA

A Base Naval de Lisboa (BNL) tem, para a gestão das águas residuais produzidas pelas unidades nela sedeadas, um sistema de bombagem e trasfega de águas sujas (negras e cinzentas) composto por duas estações elevatórias. Estas estações estão ligadas a duas estações de tratamento de águas residuais (ETAR) municipais.

Através deste sistema, a Marinha junta-se aos esforços camarários na proteção dos recursos hídricos e do meio-ambiente.

FUNCIONAMENTO DUMA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA

Os efluentes são recolhidos nas sarjetas e na rede de esgotos e, dali, conduzidos para as estações elevatórias (EE). Antes de cair no tanque de resíduos, o efluente deve passar numa grelha mecânica/raspador para remoção de resíduos sólidos.

As EE são fabricadas em betão, o que lhes confere uma grande resistência e proteção química contra a corrosão provocada pelos fluidos esgotados. Cada uma das EE tem capacidade para armazenar cerca de 60m³ de águas residuais. Algumas EE possuem uma grelha mecânica/raspador, para facilitar a remoção de resíduos sólidos, evitando o seu envio para a rede de tratamento de esgotos e consequentes danos nas bombas.

São utilizadas três eletrobombas de esgoto por cada EE, cada uma com capacidade máxima de 250m³/h. As eletrobombas usadas nas EE são do tipo submersível, concebidas para a bombagem de águas residuais, e são fabricadas em ferro fundido e aço inoxidável, materiais que lhes permitem trabalhar em ambientes especialmente ácidos.

A pilotagem das eletrobombas é feita de forma automática com recurso a boias de nível (cinco), que medem a altura da coluna de águas residuais dentro de cada EE, sendo duas delas de comando/controlo do quadro elétrico e três para comando das eletrobombas. As boias de nível para comando das eletrobombas são montadas desfasadamente em função do volume de efluentes existente no interior do tanque de resíduos.

SISTEMA DE ENCAMINHAMENTO DE EFLUENTES

As EE são um equipamento de fundamental importância, pois permitem o encaminhamento de efluentes sanitários e residuais, através de bombas submersíveis, entre o ponto onde são gerados e a Rede de Esgotos e subsequente Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

O sistema é composto pela Estação Elevatória n.º 4 (EE4), que se situa em frente à Direção de Abastecimento (DA), e pela Estação Elevatória n.º 6 (EE6), que se situa junto ao portão da Romeira, já dentro da estação naval.

Em média, são bombeadas mensalmente, para posterior tratamento pelo SMAS-Almada, cerca de 1000m³ de águas por tratar.

A EE6 foi recentemente alvo de obras de melhoria do parque de eletrobombas, o que veio aumentar a sua fiabilidade; na EE4 será proximamente implementado um novo sistema de pilotagem. Tudo em prol de um melhor serviço às unidades sedeadas na BNL.

ETAR SERVIDAS

As EE estão ligadas a duas ETAR, das quais a mais antiga é a da Quinta da Bomba; esta estação intermunicipal é resultante de um projeto integrado de drenagem e tratamento de águas residuais

urbanas dos municípios de Almada e do Seixal; funciona desde 1994 na Ponta do Mato (junto ao sapal de Corroios, no acesso à Ponta dos Corvos).

A outra é a ETAR da Mutela, que desde 2003 tem vindo a melhorar as condições de drenagem de águas residuais e pluviais da bacia de Almada, contribuindo para a minimização das cheias da Cova da Piedade e para a melhoria da qualidade ambiental da zona.

Do lado da BNL, esta ligação permitiu interromper a prática de enviar as águas residuais para a bacia de manobra e dali para o rio Tejo.

A ETAR da Quinta da Bomba recebe, através das EE, os efluentes gerados na ETNA e na Base de Fuzileiros BNL. Os efluentes das restantes unidades no perímetro da BNL são esgotados, pelas EE, para a ETAR da Mutela.



Colaboração do **SERVIÇO DE APOIO OFICIAL DA BNL**



A FALTA DO PAPEL

É sabido que, ou por falta de navios da Armada Real para o transporte de pessoal para as colónias, ou pela inadequabilidade dos existentes para tal transporte, ou ainda por motivos de natureza económica, se recorria frequentemente à utilização de navios mercantes para o referido efeito.

Tal foi o sucedido em 1842 relativamente ao transporte do governador nomeado e demais pessoal para o governo do arquipélago de S. Tomé e Príncipe.

Para tal efeito foi fretado o brigue *Flor do Tejo* que se preparava para seguir viagem para Angola e que, por isso, foi igualmente aproveitado para o transporte de degredados condenados para servir naquela colónia.

O embarque de degredados e demais pessoal obrigou a que fosse necessária a construção de bailéus e outros compartimentos para alojamentos, tal como o reforço de mantimentos e de aguada, e bem assim da palamenta para a confecção de maiores quantidades de alimentos para a totalidade do pessoal que seguia embarcado.

Estava-se então no auge da repressão ao tráfico de escravos, tarefa que, no âmbito do Tratado de Luanda, era cometida tanto aos navios britânicos como aos portugueses que, nos termos desse Tratado, poderiam apresar qualquer navio que, mesmo não transportando escravos, apresentasse determinados indícios tipificados, como fossem construções no porão para o transporte de escravos, excessiva quantidade de alimentos e de água, bem como palamenta adequada à confecção de grandes quantidades de alimentos, indícios esses que o *Flor do Tejo* claramente apresentava, sendo, por isso, que navegando ao largo de Benguela (zona frequentemente usada para o embarque de escravos), foi apesado pelo cruzador britânico *Hyacinthe* que o levou para Luanda para ser julgado pela Comissão Mista, de nada valendo a argumentação do capitão do navio de que se tratava de um transporte do governo português, capitão esse que afinal nunca conseguiu responder à questão suscitada pelos britânicos:

Onde é que está o documento comprovativo do que afirma?



Cdmt E. Gomes

P.S. – A Comissão Mista, já na posse do necessário documento, considerou tratar-se de um apresamento indevido e, devido a isso, estabeleceu o valor da indemnização a pagar pelo governo britânico, no valor de 245 libras, valor esse a que o representante diplomático português em Londres, encarregado de a receber, deduziu a quantia, bem insignificante aliás, referente às despesas administrativas que tivera para a resolução do caso.

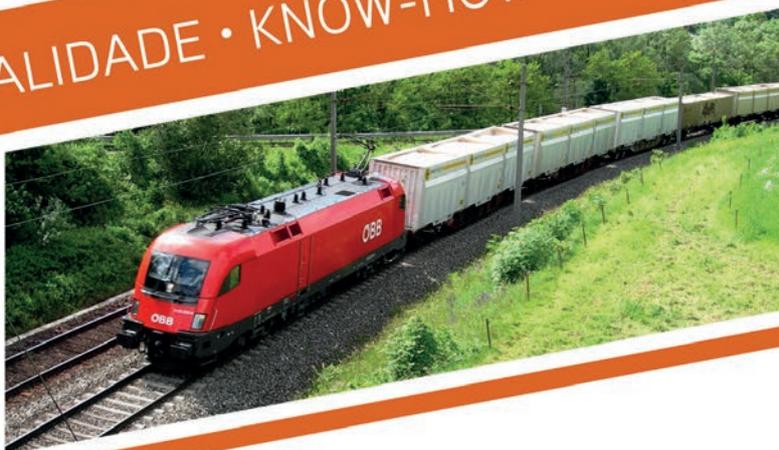
Fonte Angolana

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.





QUALIDADE • KNOW-HOW • SEGURANÇA



UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO DE TOXICODEPENDÊNCIA E ALCOOLISMO

A adição é uma doença. É crónica, progressiva e com bastantes repercussões a nível emocional, físico, social, familiar, laboral ou mesmo económico. Os doentes são impelidos a repetir, de forma compulsiva e involuntária, um comportamento recompensante que lhes traz sensação de prazer imediato (consumo álcool/drogas/medicamentos, jogos de azar, internet, pornografia, exercício físico ou mesmo compras). Além da perda de controlo que estes doentes apresentam, é característica a sua negação, habitualmente desvalorizando as consequências destrutivas que este problema de saúde lhes traz. Apesar de ser uma doença crónica, tal como tantas outras, se diagnosticada e adequadamente tratada o adito poderá voltar a ter uma vida equilibrada, saudável e feliz. Um tratamento de sucesso exige o reconhecimento do problema, a motivação para o ultrapassar, a adaptação do estilo de vida, e, acima de tudo, o apoio profissional, familiar, social e da comunidade.

A Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo (UTITA), localizada na Base Naval de Lisboa (no Alfeite), atualmente na dependência do Hospital das Forças Armadas, é um dos recursos disponíveis no processo de reconhecimento e tratamento da doença aditiva. Para perceber um pouco melhor a missão desta Unidade, que celebra este ano 28 anos de existência, foi pedida a colaboração da 2TEN TSN Carolina Rodrigues, psicóloga clínica, Chefe do Serviço de Psicologia da UTITA.

AP- Quantas pessoas trabalham na UTITA?

CR- Atualmente trabalham na UTITA 15 pessoas, entre os quais militares dos três ramos das Forças Armadas (FFAA) e civis. O departamento clínico é multidisciplinar e constituído por profissionais qualificados, designadamente médicos (de diferentes especialidades), psicólogos clínicos, conselheiros em adição, enfermeiros, capelão e instrutores de educação física (em parceria com o Centro de Educação Física da Armada).

AP- Quais as áreas de intervenção principais onde a UTITA atua?

CR- A UTITA está vocacionada para a intervenção em meio laboral nomeadamente na prevenção e tratamento do consumo de risco, consumo nocivo e dependência de substâncias psicoativas (substâncias alteradoras do humor), bem como de comportamentos aditivos. A prevenção materializa-se através do nosso programa de intervenção primária, que implica ações de sensibilização aos militares, militarizados, civis, bem como suas chefias, em todas as unidades dos três ramos das FFAA. Relativamente ao tratamento, este pode ocorrer em regime de ambulatório ou residencial. Para além desta atividade clínica, a UTITA apoia as unidades, estabelecimentos e órgãos militares na implementação do programa de prevenção dos comportamentos aditivos e combate às dependências nas FFAA e promove a formação e coordenação técnico-científica no Curso de Operadores de Prevenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (COPCAD).

AP- Pode discriminar no que consiste esse programa de reabilitação em regime residencial?

CR- A UTITA realiza regularmente um Programa Residencial Intensivo (PRI) biopsicossocial com 4 semanas de duração, em internamento. Quando necessário, é realizada desintoxicação prévia (em ambulatório ou internamento hospitalar de curta duração). É um tratamento fechado, ou seja, o grupo começa no mesmo dia e termina no mesmo dia, com o máximo de 10 elementos (masculinos e femininos) por PRI. No mesmo grupo de tratamento podem estar pessoas com dependência de álcool, drogas e de jogo. Este tratamento baseia-se no *Modelo Minnesota*, na filosofia dos 12 Passos dos Alcoólicos Anónimos e Narcóticos Anónimos, coadjuvado por uma metodologia de avaliação e monitorização clínica – modelo multidimensional, proposto pela Sociedade Americana de Medicina da Adição.



O objetivo deste programa visa a abstinência total do doente em relação ao consumo de substâncias psicoativas ou em relação a outros comportamentos aditivos, como por exemplo o jogo patológico. Pretende promover uma mudança de comportamentos e atitudes, consciencializando o doente para o seu problema e decorrentes consequências, responsabilizando-o pelo seu processo de tratamento e recuperação. Ou seja, pretende promover a adoção de um estilo de vida saudável.

AP- Como é a rotina num PRI?

CR- Durante as 4 semanas de internamento o doente tem uma rotina diária que se concretiza em dinâmicas de grupo psicoterapêuticas (sessões de psicoterapia de grupo, psicopedagogia, aconselhamento em adição e aconselhamento espiritual), consultas médicas e de acompanhamento psicológico individual, sessões de relaxamento, exercício físico, atividades hortícolas, momentos de estudo e de trabalho, assim como reuniões com os grupos dos Alcoólicos Anónimos, Narcóticos Anónimos e Jogadores Anónimos.

AP- Como é preparado o regresso destes militares ao seu local de trabalho?

CR- A cada militar que realiza o PRI é-lhe atribuído um Operador de Prevenção (OP), que pode ser um Sargento ou um Oficial que

tenha um contato próximo e direto com o doente e, desejavelmente, que tenha realizado o COPCAD. Este OP é chamado à UTITA no final do PRI de forma a planificar-se o regresso do militar ao local de trabalho e respetiva reintegração. Após o PRI, e durante seis meses, o militar deve vir à UTITA uma vez por semana para frequentar sessões de prevenção de recaída, assim como a consultas médicas e de psicologia. Neste período são igualmente submetidos, quinzenalmente, a rastreios toxicológicos (análises sanguíneas e testes de alcoolemia) na Unidade onde prestam serviço, como forma de prevenção de recaída. Findo os seis meses, o OP deve enviar para a UTITA um parecer acerca do militar relativamente ao seu desempenho profissional.

AP- Sabendo que o apoio familiar é fundamental no tratamento da adição, o vosso método de tratamento envolve de alguma forma os familiares dos aditos?

CR- Sim, a família é parte essencial no processo de reabilitação e é importante que eles expressem os seus anseios, receios e expectativas, transmitindo a sua visão de como o problema de adição tem afetado a sua família. Na semana que antecede o PRI há uma sessão de aconselhamento familiar para preparação do internamento e, na última semana do PRI, há nova sessão familiar para preparar o regresso a casa do doente. Os familiares dos doentes têm, também eles, apoio psicológico através de sessões de psicoterapia familiar, que decorrem durante o PRI, em conjunto com o doente.

AP- Quem pode utilizar os serviços disponibilizados na UTITA?

CR- A UTITA disponibiliza os seus serviços a todos os militares e militarizados das FFAA. Como serviço de utilidade pública prestamos igualmente apoio, através da capacidade sobrança, à Polícia de Segurança Pública, militares da Guarda Nacional Republicana, a entidades protocoladas e a civis que recorrem a título particular. Por norma, os doentes chegam a esta Unidade referenciados por profissionais de saúde ou pelas suas chefias diretas. Habitualmente não vêm por iniciativa própria porque um dos sintomas desta doença é a negação e por isso estes doentes tendem a não reconhecerem que precisam de ajuda, não imaginam a sua vida sem o consumo e muitas vezes já estão tão afetados psicologicamente que não conseguem ter uma leitura da realidade, e de si próprios, coesa e integrada. Quando são referenciados e encaminhados para a UTITA, começam por fazer uma consulta de admissão de enfermagem, seguida de consulta de aconselhamento em adição e, por último, consulta de psiquiatria. Posteriormente, realizam avaliação psicológica na consulta de psicologia clínica, assim como outros exames complementares de diagnóstico (ECD). No final destas consultas e dos dados obtidos nos ECD, discute-se em reunião clínica se o utente reúne critérios de dependência e outros (mobilidade e autonomia, enquadramento laboral, suporte familiar e a estabilização de comorbilidades psiquiátricas e orgânicas) para realizar este tipo de tratamento. Caso tenha, então planifica-se a desintoxicação, se for necessário, e prepara-se a entrada no PRI. Se apresentar critérios de dependência, mas não apresentar critérios para realizar este tratamento, encaminhamos para outras instituições ou clínicas. Se apenas apresentar critérios de consumos de risco ou nocivo, fica em acompanhamento ambulatório (consultas de psicologia clínica e se necessário também consultas de psiquiatria).




Ana Cristina Pratas
CTEN MN

www.facebook.com/participanosaudeparatodos



O RESGATE DO ENFERMEIRO FERIDO

Autor: STEN TSN-ARQ Paulo Guedes

Um dia, em Buba, a meio duma manhã relativamente serena, recebemos uma comunicação via rádio, pedindo que fôssemos em auxílio de uma patrulha do Exército, porque havia um soldado gravemente ferido que era necessário evacuar. Teria havido um acidente perto da estrada que ligava Buba a Empada e a única forma de chegarmos perto e depressa ao local onde estaria o soldado acidentado, seria através do Rio Jassonca, um dos afluentes do Rio Grande de Buba.

O Comandante Silva Dias¹ atribuiu-me a missão de resgatar o soldado. Organizamos três botes com sete homens, enfermeiro incluído, e partimos a grande velocidade. A maré estava cheia, o que facilitou a entrada no rio. Demorámos cerca de quarenta minutos a chegar ao local, que já estava sinalizado pelos soldados, e deparamo-nos com um cenário terrível. No chão, debatia-se um homem com dores e gemidos, com o ventre literalmente aberto. O que se teria passado?

Ainda por cima, o ferido era o enfermeiro. Relataram-me que, durante a patrulha, o homem que levava o lança-roquetes, que na coluna seguia imediatamente atrás do enfermeiro, em determinada altura do percurso, tropeçara e caíra tendo, inadvertidamente, carregado no gatilho da arma e disparado a granada. O enfermeiro, que seguia uns cinco a seis metros à frente, foi literalmente atravessado pela granada, que entrara pelas costas, saíra pelo abdómen e não tinha explodido! A granada do roquete só explodia depois de ter percorrido um determinado espaço e tempo. Neste caso, a distância a que o enfermeiro ia do atirador que tropeçou não era suficiente para a granada explodir. Um duplo milagre, a não explosão do engenho e a perfuração não ter atingido qualquer órgão vital no ferido. Mas isso, só soubemos mais tarde.

O estado do ferido era desolador e o enfermeiro do DFE 3, despachado, aplicou-lhe de imediato uma boa dose de morfina e, com gases e compressas, tentou proteger a ferida e os intestinos

que estavam a descoberto e faziam pressão para sair da cavidade abdominal. Era um cenário aterrorizante!... Naquele momento, temi seriamente pela vida do homem e pensei que, afinal, iria resgatar um morto. Com todos os cuidados possíveis, transportamos o ferido para o meu bote e partimos de imediato. Querendo ser rápidos, aceleramos os motores para chegarmos o mais depressa possível a Buba. Não foi possível! Com a trepidação do bote em deslocação, o homem gritava de dores alucinantes... não aguentava, embora sedado pela morfina. Só reduzindo a velocidade é que conseguíamos que o ferido aguentasse as dores!

Demorámos, seguramente, mais de uma hora a chegar a Buba, onde já nos aguardava uma equipa médica e um helicóptero para evacuação do ferido. O homem lá seguiu, ainda vivo. Missão cumprida!

Bastante mais tarde, uns bons seis meses depois, vindo numa LDG, desembarcou em Buba um Cabo do Exército que, rapidamente se dirigiu ao gabinete do nosso Comandante. Era o enfermeiro! Tinha pedido uma autorização ao seu comando em Empada para ir a Buba agradecer aos Fuzileiros que lhe tinham salvado a vida. Levantou a camisa e mostrou o seu abdómen. Era como uma manta retalhada, tais eram os vincos e as cicatrizes das várias operações a que fora sujeito. Incrível a sorte deste homem!



Miguel Carmo Soares, 14.º CFORN

In Crónicas Intemporais da Guerra e da Fraternidade, 2019

Notas

¹ Na Estória da RA 548 (FEV20) está narrada a formação do comando do Destacamento de Fuzileiros Especiais Nº 3 (DFE 3).

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 244

		NORTE (N)							
		♠	♥	♦	♣				
		A	R	A	8				
		7	D	10	6				
			4	9	4				
				8					
					5				
						ESTE (E)			
						♠	♥	♦	♣
						V	10	3	A
						10	7		5
						9	6		
						8			
						6			
						4			
						3			
						SUL (S)			
		♠	♥	♦	♣				
		D	A	R	R				
		2	V	D	9				
			5	V	3				
			2		2				

TAPE OS JOGOS DE W-E PARA TENTAR RESOLVER A 2 MÃOS GRAU DE DIFICULDADE – FÁCIL CARECENDO DE ATENÇÃO

W – E vuln. S joga 3ST recebendo a saída a D♣ que E faz de A e volta com o 5. Como deve S continuar para fazer as restantes 12 vazas?

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 244

Depois da saída S conta mais 11 vazas (1♠+4♥+5♦+1♣) faltando-lhe ainda 1 para atingir o objetivo. As 2 primeiras vazas mostram que W deverá ter 5 cartas de ♣, precisando que tenha igualmente o R♥ para o poder colocar numa situação de squeeze entre W e E. Vejamos então como deve jogar S para fazer as 12 restantes vazas: pega de R♥ e bate os 5 baldado o o da mão; segue com 3 estandão com atenção às baixas de W; a 3 cartas do fim chegamos, assim, a esta situação: ♠-D♣ ♠-Z♠ ♠-W-♠-R♠-V, ♠-A ♠-7 ♠-8 e E sem interesse; joga agora A♥, a carta squeezeante, e W será obrigado a sacar R♣ ou a baldar o ♣ e S jogará as cartas de N em conformidade com W para fazer A e D de ♣, ou A♥ e 8♣ nas 2 últimas vazas.

Nuno Marques
CALMAN

GO NAVY!

Passatempo nº 26

What is the level?
Let's talk about...



STANAG 6001

STANAG 6001 Edition 5, Language Proficiency Levels, is the NATO agreed standard for language curriculum, test development, and for recording and reporting Standardized Language Profiles (SLPs).

STANAG 6001 provides NATO forces with a table describing language proficiency levels.

The language proficiency skills – Listening (L); Speaking (S); Reading (R); Writing (W)- are broken down into six base levels coded 0 through 5. In general terms, skills may be defined as follows:

Level 0- No proficiency; Level 1 – Survival; Level 2 – Functional; Level 3 – Professional; Level 4 – Expert; Level 5- Highly-articulate native.

Do you know what you are expected to comprehend and produce at each level? Let's find out!

WHAT IS THE LEVEL (0,1,2,3,4,5) AND THE SKILL (L/S/R/W) OF THE FOLLOWING?

“Can readily understand such language functions as hypothesizing, supporting opinion, argumentation, clarification, and various forms of elaboration.”

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR: Level 1 - Writing

Estela Magalhães Parreira
CTEN ST-ELING

SUDOKU

Problema nº 76

FÁCIL

9	1		7					
	3	2	6		9		8	
		7		8		9		
	8	6		3		1	7	
3								6
	5	1		2		8	4	
		9		5		3		
	2		3		1	4	9	
					2		6	1

DIFÍCIL

		9				1		4
			7	2				9
3				9	5		7	
6		8						
			2		3			
						9		8
	7		5	4				2
9				1	8			
5	1					8		

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 76

FÁCIL

1	9	5	2	6	8	3	7	4
7	6	7	1	1	9	5	2	8
8	2	3	7	5	4	6	9	1
3	4	8	6	2	2	6	1	5
9	5	2	8	7	1	7	4	3
6	7	1	1	4	3	5	9	8
5	4	6	3	8	3	2	7	9
4	8	7	4	9	1	6	1	6
2	3	6	5	4	7	8	1	6

DIFÍCIL

2	6	8	2	7	9	1	7	5
4	7	7	8	1	3	2	9	6
2	1	9	6	7	4	7	7	8
8	3	6	7	9	7	5	1	2
1	9	5	3	8	2	7	6	4
7	2	2	4	7	4	6	8	3
9	7	2	7	4	7	9	8	3
4	8	3	5	6	7	4	5	1
6	8	3	4	2	7	7	6	5
5	4	5	1	5	4	6	6	7

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

• VALM António Manuel de Carvalho Coelho Cândido, como Diretor-Geral da Autoridade Marítima, e, por inerência, Comandante-Geral da Polícia Marítima • VALM Edgar Marcos de Bastos Ribeiro para o cargo de Superintendente do Material, e, Presidente do Conselho Superior de Disciplina Armada.

REFORMA

• SMOR CM Abel Gabriel Lameira • SMOR M José Marcos Mira Narciso • SMOR R Jorge Alberto Gonçalves Vieira • SMOR B António Francisco Rei Menino • SMOR C José Rodrigues Gomes • SMOR FZ Martinho de Sousa Ferreira • SMOR U Vítor Carlos Marques de Oliveira • SCH FZ Cláudio Frias Pereira • SCH L João Augusto dos Santos Silva • SCH L Jacinto Monteiro do Nascimento • SCH CM João Manuel Geadas Gomes • SCH FZ António José Bento Gonçalves • SCH C João Manuel Fernandes Amaral • SAJ T Carlos António Rodrigues • SAJ TF Adélio Manuel Mendonça Virgínia • SAJ A Norberto Fernando F. Figueiredo Carneiro • SAJ FZ José da Conceição Saraiva Nunes • SAJ FZ António José Salsinha Ninitas • SAJ FZ Manuel de Jesus da Silva • SAJ FZ José da Rosa Montes Salgado.

RESERVA

• CMG M Fernando Manuel Boliqueime da Conceição • 1TEN SEH Luís Manuel de Jesus Correia • SMOR ETC António Manuel Mouta Pereira Dias • SMOR CM Florival José Condesso Costa • SCH M

Francisco Manuel Curto • SCH CM Alfredo Silva Dias dos Santos • SCH M João Luís Duarte Carvalho • SCH T Licínio Helder Hortinha Cardoso • SCH MQ Jorge Manuel Neto Pereira • SAJ L Florêncio Manuel Germano Borreicho • SAJ M Carlos Alberto dos Santos Crispim Serra • CMOR L Manuel Martins Flores Coelho • CMOR V Pedro Manuel Ribeiro Amaral • CMOR V Eduardo José Pires Galvão • CMOR CCT Joaquim Paulo Guerreiro Caeiro • CMOR FZ Augusto Manuel Fernandes Velez.

FALECIDOS

• 6442 VALM M REF Adriano de Carvalho • 119754 CMG SE REF Manuel Joaquim das Neves • 255850 1TEN OT REF Lúcio Joaquim Gil • 492354 1TEN OT REF António Bispo de Sousa • 885062 1TEN OT REF José Domingos Raminhos Marreiros • 181845 2TEN OT REF Victor Augusto de Freitas • 98865 SMOR FZ REF António Fermento Neto • 193873 SCH L REF Carlos Alberto Martins da Silva • 156677 SCH ETC REF Luís Manuel Siborro Alves • 381855 SCH ACM REF Joaquim Teixeira Pinto • 372654 SAJ CM REF João Esteves Mendes • 435756 SAJ CM REF Virgolino Francisco da Palma • 233649 SAJ CM REF Manuel Jacinto Roques • 577259 SAJ C REF Júlio Augusto Baião • 296955 1SAR L REF Manuel da Silva Soares • 425456 1SAR SE REF Agapito António Pastaneira Sietra • 456857 1SAR TF REF Luciano Monteiro Pires • 320253 1SAR V REF Albertino Feliciano • 296546 2SAR A REF António José de Matos • 497358 CAB M REF António de Jesus Fernandes • 1025663 1MAR FZE REF Francisco Vilhena Nogueira • 1107963 1MAR FZ/DFA REF Asdrubal Fortes Jorge • 36025177 FAROL 1CL QPMM Olímpio Gabriel Tavares Figueiredo.

CONCURSO LITERÁRIO



MUSEU DE MARINHA - Concurso Literário “Dia da Marinha 2021”

Está lançada a 6ª edição do Concurso Literário, inserido nas comemorações do Dia da Marinha de 2021. Este ano o mote é “O meu amigo Luís de Camões” e está aberto a todos os alunos do 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, através das respetivas instituições escolares.

Mais informação em: <https://bit.ly/3pW7KDM>

CALL FOR PAPERS

II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO ORIENTE MAGALHÃES E ELCANO E A EXPLORAÇÃO DAS “PACÍFICAS ÀS ÍNDICAS ÁGUAS”

A Academia de Marinha reagendou para os dias **23 e 24 de novembro de 2021**, a realização do II Simpósio de História do Oriente, inicialmente previsto para 17 e 18 de novembro de 2020. A Revista da Armada n.º 551, de maio de 2020, publicou os termos do convite à submissão de comunicações e os quatro temas em debate.

A inscrição para apresentação de comunicações com o título e o resumo respetivo (até 1700 caracteres sem espaços), bem como um CV resumido (15 linhas), deverá ser efetuada até **15 de junho de 2021**.

A informação da Comissão Científica sobre a aceitação das comunicações propostas ocorrerá até **15 de julho de 2021**.

Tendo em conta a atual situação de pandemia no mundo, algumas das sessões poderão ter lugar através de plataformas web, de forma a possibilitar a participação dos colegas que se encontrem fora de Portugal.

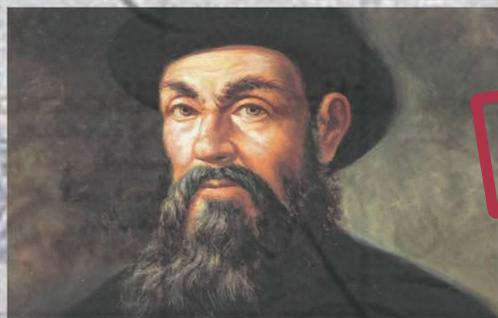
Inscrições gratuitas: secretariadosegsimpho@gmail.com

Para mais informações: academia.marinha@marinha.pt; academia.marinha.pt; Telefones: 210 984 708/09/10

Academia de Marinha

Magalhães e Elcano

**e a Exploração das
“Pacíficas às Índicas águas”**



CALL FOR PAPERS



II Simpósio de História do Oriente

23 e 24 de Novembro de 2021



NAUS de PEDRA em LISBOA



Situada na:

Rua 1º Dezembro, 78 Lisboa

junto à Praça Dom Pedro IV (Rossio)

